

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 03/012/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Delegado de Polícia Civil do Estado de São Paulo**. Assim que disponibilizados o caderno de provas e gabarito, nosso time de professores analisou cada uma das questões, que, agora, serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PC-SP**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/7a060125-537b-4b8b-adbe-3154d0e2c6a9>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/0993b6fa-0c7f-45d5-9087-d4345b8740b1>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA

## POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

**QUESTÃO 01. A função do Direito Penal é**

- a) proteger bens jurídicos relevantes para a sociedade.**
- b) aplicar penas e medidas de segurança.**
- c) dirimir controvérsias e pacificar a sociedade.**
- d) construir uma sociedade livre, justa e solidária.**
- e) garantir a execução das leis.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, conforme a perspectiva majoritária do Funcionalismo defendido por Claus Roxin, no sentido de que o Direito Penal possui como função proteger os bens jurídicos relevantes pela sociedade.

A alternativa B está incorreta, pois a aplicação de penas e medidas de segurança é uma necessidade e não uma função propriamente dita do Direito Penal.

A alternativa C está incorreta, pois essa não é uma função fundamental da função penal, sem olvidar a sua função restaurativa.

A alternativa D está incorreta, pois esse é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil (art. 3º, I, da CF) e não uma função propriamente dita do Direito Penal.

A alternativa E está incorreta, pois embora trate de uma perspectiva do funcionalismo de Günther Jakobs, é concepção, atualmente, minoritária na doutrina.

**QUESTÃO 02. Projeto que deu origem ao Código Penal de 1940, conhecido pelo nome de seu elaborador:**

- a) Galdino Siqueira.**
- b) Euzébio Gómez.**
- c) Alcântara Machado.**
- d) Sá Pereira.**
- e) Alfredo Buzaid.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

Trata-se de questão que reproduz fatos históricos: “[...] O CP/40 foi elaborado a partir de uma releitura do projeto de Código Penal do jurista Alcântara Machado, a ele encomendado por Francisco Campos e pronto desde 1938. Tal projeto foi levado por Campos a uma comissão de juristas, para que fosse revisado. De acordo com Eliana Machado, a nova dinâmica política inaugurada com o Estado Novo não permitiu que o projeto de Alcântara Machado entrasse em vigor, dada a estreita relação de seu autor

com o levante constitucionalista de 1932, somados aos questionamentos que daí poderiam advir, quando confrontados com o regime ditatorial de Vargas inaugurado em 1937”. (MAIA, Daniele Lovatte. O código penal brasileiro de 1940 e suas faces autoritárias. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-internacional-de-ciencias-criminais/assets/edicoes/2020/arquivos/25.pdf>>. Acessado em 4/12/2023).

As alternativas A, B, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 03. Indivíduo está sendo processado, ainda em fase de instrução em primeiro grau. Nesse momento, nova lei é publicada e entra em vigor, estabelecendo novas regras de progressão de regime para a execução de pena. Essas novas regras, com relação a esse indivíduo específico**

**a) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve trânsito em julgado.**

**b) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve sentença.**

**c) não serão aplicadas.**

**d) apenas serão aplicadas se lhe forem mais benéficas.**

**e) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve início da execução de pena.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

As leis que mudam as regras de progressão de regime dizem respeito à normas de direito material, logo, se forem mais benéficas, se aplicam aos fatos pretéritos (retroagem), conforme art. 5º, XL, da CF: “Art. 5º [...] XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”.

Contudo, se forem mais gravosas as novas regras, não se aplicam aos fatos pretéritos, ficando a lei revogada com efeitos ultra ativos.

Assim, a lei nova referente progressão de regime somente se aplicará se for mais benéfica ao apenado (art. 5º, XL, da CF).

Por outro lado, se for mais gravosa, aplica-se a lei revogada.

Ademais, esta é a posição majoritária dos Tribunais Superiores.

Assim, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

**QUESTÃO 04. Determina o art. 12 do CP: “as regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso”. Trata-se de norma que**

**a) prescreve a aplicação do princípio da legalidade.**

**b) privilegia as regras do CP em detrimento da lei especial.**

**c) prescreve a aplicação das regras do CP em situação de antinomia.**

**d) admite a interpretação analógica em situação de anomia.**

**e) prescreve a aplicação do princípio da especialidade.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**, tendo em vista que a regra do art. 12 do CP dispõe sobre a princípio da especialidade, que consiste num critério para resolução de antinomias aparentes de normas, considerando a existência de elementos especializantes em determinadas normas, que afastam a aplicação do Código Penal, legislação mais geral.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas.

**QUESTÃO 05. Teoria do Delito: especificamente com relação ao elemento subjetivo do tipo penal, o CP prevê a possibilidade de**

**a) tentativa e consumação.**

**b) ação e omissão.**

**c) dolo e culpa.**

**d) causa independente e causa relativamente independente.**

**e) punibilidade e culpabilidade.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, pois de acordo com a doutrina majoritária.

Sem olvidar que a doutrina influenciada pelo professor Juarez Tavares defende que a culpa possui forte carga normativa e, portanto, não integraria o elemento subjetivo do tipo, tal corrente é minoritária na doutrina.

A alternativa A está incorreta, pois tentativa e consumação determina o caminho percorrido pelo agente na execução do crime, isto é, se ele praticou ou não todos os atos suficientes para a produção do resultado pretendido.

A alternativa B está incorreta, pois ação e omissão classifica a modalidade de conduta (positiva e negativa).

A alternativa D está incorreta, pois os critérios do enunciado se prestam a separar o nexo de causalidade.

A alternativa E está incorreta, pois a punibilidade e culpabilidade são elementos que, de acordo com a doutrina bastante minoritária (Basileu Garcia, Claus Roxin etc.), integram a teoria do crime, mas não o seu elemento subjetivo (que integra a conduta).

**QUESTÃO 06. No que concerne ao crime impossível, nossos tribunais, em matéria sumulada, interpretam que**

**a) o fato de a polícia preparar situação de flagrante, mesmo em hipótese que impeça sua consumação, não caracteriza, obrigatoriamente, crime impossível.**

**b) sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não tornam impossível a configuração do crime de furto.**

**c) mesmo a falsificação grosseira, constatável a olho nu, pode configurar os crimes de moeda falsa e estelionato.**

**d) a maioria da vítima no crime de estupro impede a possibilidade de reconhecimento do estupro de vulnerável.**

**e) o pagamento de cheque inicialmente emitido sem provisão de fundos, até a prolação da sentença, obsta o reconhecimento de crime patrimonial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**, pois está de acordo com a Súmula nº 567 do STJ: "Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto".

A alternativa A está incorreta, pois não está de acordo com a Súmula nº 145 do STF: "Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação".

A alternativa C está incorreta, pois conforme a Súmula nº 73 do STJ: "A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual".

A alternativa D está incorreta, pois a vulnerabilidade da vítima não se atine apenas ao aspecto etário, mas também circunstancial, a exemplo de uma vítima que fica ocasionalmente vulnerável em razão de medicamentos anestésicos e que sofre a prática de atos libidinosos enquanto está fora de si.

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com a Súmula nº 554 do STF: "O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal".

**QUESTÃO 07. A depender do caso concreto, nos termos dos arts. 26 a 28 do CP, admite redução de pena:**

**a) embriaguez.**

**b) embriaguez culposa.**

**c) paixão.**

**d) emoção.**

**e) embriaguez voluntária.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, que embora não conste textualmente, se referiu à embriaguez acidental e incompleta, prevista no art. 28, § 2º, do CP: "Art. 28 [...] § 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento".

As alternativas B e E estão incorretas, pois à embriaguez culposa ou voluntária aplica-se a teoria da "actio libera in causa".

As alternativas C e D estão incorretas, pois nos casos de paixão e emoção, não se exclui admite a redução de pena prevista na parte geral do CP e indicada no enunciado.

**QUESTÃO 08. Em matéria de concurso de pessoas, como regra geral, a participação de menor importância**

- a) não tem relevância, uma vez que o CP adota a teoria dualista para esse tema.
- b) autoriza que se comuniquem as circunstâncias de caráter pessoal, salvo as elementares.
- c) não tem relevância, uma vez que o CP adota a teoria monista para esse tema.
- d) possibilita ao Juiz diminuir a pena do acusado.
- e) possibilita ao Juiz diminuir a pena do acusado, mas apenas se ele tiver querido participar de crime menos grave.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois o art. 29 do CP adota a teoria monista (regra geral), mas o § 1º do mesmo artigo traz, o que parcela da doutrina concebe como a aplicação excepcional da teoria dualista: “Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. § 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço”.

A aplicação da teoria dualista no § 1º do art. 29 do CP se dá através da criação de uma causa de diminuição de pena.

A alternativa A está incorreta, pois possui sim relevância, justamente porque o art. 29, § 1º, do CP, prevê causa de diminuição de pena na hipótese.

A alternativa B está incorreta, pois não se comunicam as circunstâncias de caráter pessoal, conforme art. 30 do CP: “Art. 30 - Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime”.

A alternativa C está incorreta, pois é justamente o que a doutrina aponta como a exceção à teoria monista, com aplicação da teoria dualista.

A alternativa E está incorreta, pois o desvio subjetivo (art. 29, § 2º, do CP) se refere a cooperação dolosamente distinta: “Art. 29 [...] § 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave”.

### QUESTÃO 09. O condenado à pena privativa de liberdade igual ou inferior a quatro anos, por disposição expressa do CP

- a) deverá se submeter a exame criminológico quando iniciar o cumprimento de pena em regime aberto.
- b) poderá iniciar o cumprimento de pena, apenas, em regime semiaberto ou aberto.
- c) poderá iniciar o cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto.
- d) deverá iniciar o cumprimento de pena em regime aberto.
- e) deverá ter sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito, independentemente da natureza do delito.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois considerando o caráter genérico da alternativa, é possível concluir que o início do cumprimento de pena poderá se dar em quaisquer dos regimes previstos no CP, considerando que é possível que o condenado seja ou não reincidente e assim, a depender das circunstâncias judiciais, o juiz poderá fixar o regime fechado, aberto ou semiaberto: “Art. 33 [...] § 2º -

As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado; b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto; c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto. § 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código”.

A alternativa A está incorreta, pois o exame criminológico está previsto para os regimes semiaberto e fechado, sendo que pelo quantum de pena, o regime do agente será o aberto.

As alternativas B e D estão incorretas, conforme comentário à alternativa C.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 44, I, do CP, estabelece critérios que não abarca todo e qualquer crime, logo, não será possível a substituição a depender da natureza do delito: “Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo”.

**QUESTÃO 10. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, uma causa impeditiva e outra interruptiva da prescrição.**

**a) Durante o cumprimento de pena no exterior; pronúncia.**

**b) Recebimento da denúncia; decisão confirmatória da pronúncia.**

**c) Publicação da sentença recorrível; pendência de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.**

**d) Reincidência; vigência do acordo de não persecução penal.**

**e) Publicação do acórdão condenatório recorrível; pendência de embargos de declaração.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, conforme se infere do art. 116, II e art. 117, II, do CP: “Art. 116 - Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre: [...] II - enquanto o agente cumpre pena no exterior”. “Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: [...] II - pela pronúncia”.

A alternativa B está incorreta, pois o recebimento da denúncia interrompe (e não impeditiva a prescrição), conforme art. 117, I, do CP: “Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa”.

A alternativa C está incorreta, pois a publicação da sentença recorrível é hipótese de interrupção da prescrição (e não impeditiva a prescrição): “Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: [...] IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis”.

A alternativa D está incorreta, pois a reincidência interrompe a prescrição: “Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: [...] VI - pela reincidência.”

A alternativa E está incorreta, pois a publicação do acórdão recorrível interrompe a prescrição: “Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: [...] IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis”.

**QUESTÃO 11. Com relação ao “induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação” é correto afirmar que o crime**

- a) só se configura se a vítima atenta contra a própria vida.**
- b) é qualificado se da conduta resulta morte.**
- c) é privilegiado, com efetiva redução de pena, se a vítima não se mutila ou não atenta contra a própria vida.**
- d) tem pena aumentada se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.**
- e) só se configura se a vítima atenta contra a própria vida, produzindo em si, ao menos, lesão corporal de natureza grave.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Em dezembro de 2019 o crime do art. 122 do CP foi alterado e agora mesmo não havendo lesão grave ou morte, o crime será punível, contudo, o art. 122, § 2º, do CP, passou a prever que em caso de morte da vítima, o crime seria configurado em forma qualificada: “Art. 122 [...] § 2º Se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos”.

A alternativa A está incorreta, pois não é mais necessário que a vítima atente contra a própria vida, com base na nova redação do tipo penal: “Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos”.

As alternativas C e D estão incorretas, pois não existem as hipóteses enunciadas de privilégio ou causa de aumento de pena em lei.

A alternativa E está incorreta, pois o crime também se configura quando o agente se automutila: “Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos”.

**QUESTÃO. 12. Assinale a alternativa que apresenta hipótese em que, de acordo com o CP, o crime de furto pode ter aplicada, somente, a pena de multa: se o criminoso é primário e**

- a) se trata de bem móvel por equiparação, como a energia elétrica, por exemplo.**
- b) configura-se situação de furto de uso.**
- c) a coisa é recuperada pela vítima.**
- d) configura-se situação de furto famélico.**
- e) é de pequeno valor a coisa furtada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**, conforme dispõe o art. 155, § 2º, do CP: “Art. 155 [...] § 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa”.

O STJ entende que para fins de pequeno valor, considera-se o valor de 1 (um) salário-mínimo.

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

**QUESTÃO 13. O sistema processual penal acusatório antagoniza o sistema inquisitivo, entre outras razões, por**

- a) determinar a participação do magistrado na discussão do acordo de não persecução penal.**
- b) possibilitar a decretação da prisão de ofício.**
- c) adotar a prevalência das regras constitucionais sobre as regras legais.**
- d) vedar a substituição probatória do órgão de acusação pelo juiz.**
- e) prever a necessidade de reexame necessário em caso de absolvição.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta. O juiz não participa das tratativas do ANPP. Apenas o Ministério Público, o investigado e seu defensor participam. O juiz apenas analisada a legalidade do acordo e homologa.

A alternativa B está incorreta. Com a vinda do pacote anticrime, o juiz não pode decretar a prisão preventiva de ofício, nem mesmo no caso de conversão do flagrante.

A alternativa C está incorreta. Essa afirmativa não caracteriza o sistema acusatório.

A alternativa D está correta. Trata-se do disposto no artigo 3º do CPP, que traduz a adoção do sistema acusatório no Processo Penal brasileiro: Art. 3º-A. O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.

O Supremo Tribunal Federal, nas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 decidiu, por maioria, “atribuir interpretação conforme ao art. 3º-A do CPP, incluído pela Lei nº 13.964/2019, para assentar que o juiz, pontualmente, nos limites legalmente autorizados, pode determinar a realização de diligências suplementares, para o fim de dirimir dúvida sobre questão relevante para o julgamento do mérito, vencidos os Ministros Cristiano Zanin e Edson Fachin”.

A alternativa E está incorreta. Não há reexame necessários em relação às sentenças absolutórias. Nos termos do artigo 574 do CPP: Art. 574. Os recursos serão voluntários, excetuando-se os seguintes casos, em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz: I - da sentença que conceder habeas corpus; II - da que absolver desde logo o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do art. 411.

**QUESTÃO 14. A lei processual penal aplicar-se-á prontamente,**

- a) desde que favoreça o acusado.**
- b) a menos que o magistrado verifique situação de exclusão de direito de recurso do acusado.**
- c) sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.**
- d) desde que haja concordância da defesa e do órgão de acusação.**
- e) desde que ratificados expressamente os atos praticados na vigência da lei anterior.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra C**

Conforme dispõe o artigo 2º do CPP: Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Trata-se do princípio “tempus regit actum”, ou isolamento dos atos processuais, segundo o qual a lei processual se aplica de imediato, sem prejuízo da validade dos atos já praticados.

Se a lei nova for eminentemente processual, ela é aplicada de imediato, independentemente de ser mais benéfica ou não ao acusado.

**QUESTÃO 15. No que concerne à prova em matéria de estado das pessoas, o CPP determina, no parágrafo único do art. 155, que**

- a) serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.**
- b) são admitidas todas que não são vedadas pela legislação processual em geral.**
- c) apenas se admitem documentos públicos em sua forma original.**
- d) não se reproduzem em sede judicial as irrepetíveis.**
- e) são vedadas as vexatórias ou que atentem contra a moral e ordem pública.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra A**

O artigo 155, parágrafo único, do CPP prevê que: Parágrafo único. Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.

O nosso processo penal admite, de um modo geral toda e qualquer prova. Existem algumas restrições, que demonstram resquícios da teoria da prova tarifada. Um deles é o parágrafo único do artigo 155 do CPP.

**QUESTÃO 16. Delegado de Polícia recebe informação verbal dando conta da possível ocorrência de crime de ação penal pública incondicionada. Nesse caso, de acordo com o art. 5º, §3º, do CPP,**

- a) deve intimar a vítima para representação, que é condição indispensável para a instauração do inquérito policial.**
- b) deve verificar a procedência das informações e, havendo confirmação, instaurar inquérito policial.**
- c) deve aguardar o comparecimento da vítima, a fim de que se colha sua representação.**
- d) ainda que a informação inicialmente não se confirme, deve ser instaurado inquérito policial, que é o palco para sua cabal apuração.**
- e) ainda que verificada a procedência das informações não pode ser instaurado inquérito policial, tendo em vista que a informação verbal equivale à informação anônima.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**

O artigo 155, § 3º, do CPP dispõe que “Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito”.

**QUESTÃO 17. Assinale a alternativa que apresenta o ato.**

**Ato probatório no inquérito policial que é expressamente vedado caso, para sua realização, haja ofensa à moralidade ou ordem pública.**

- a) Acareação entre acusado e vítima.
- b) Acareação entre acusados.
- c) Juntada de vídeos ou fotos.
- d) Reprodução simulada dos fatos.
- e) Apreensão de objetos.

**Comentários**

A resposta correta é a **letra D**

Conforme dispõe o artigo 7º do Código de Processo Penal: Art. 7º Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

**QUESTÃO 18. Os dados e informações cadastrais de vítimas e suspeitos constantes de órgãos do poder público, bem como de empresas de iniciativa privada, de acordo com o art. 13-A do CPP, podem ser diretamente requisitados pelo Delegado de Polícia no curso de inquérito policial?**

- a) Sim, desde que haja prévia autorização do Ministério Público.
- b) Não, tendo em vista a reserva de jurisdição em tal matéria.
- c) Sim, mas os órgãos do poder público bem como as empresas de iniciativa privada devem remeter as informações para a autoridade judicial.
- d) Sim, para todos os crimes, vedado o acesso aos dados em caso de contravenção.
- e) Sim, mas apenas caso digam respeito a determinados crimes.

**Comentários**

A resposta correta é a **letra E**

Em algumas modalidades de crimes, como sequestro, cárcere privado, redução à condição análoga à de escravo, extorsão com restrição da liberdade da vítima e extorsão mediante sequestro, tráfico de crianças e adolescentes, cabe a requisição de informações direta pelo Delegado de Polícia ou Ministério Público.

Conforme dispõe o artigo 13-A do Código de Processo Penal: Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.

Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conterá:

- I - o nome da autoridade requisitante;
- II - o número do inquérito policial; e

III - a identificação da unidade de polícia judiciária responsável pela investigação.

**QUESTÃO 19. De acordo com o art. 19 do CPP, nos crimes de ação penal privada, finalizado o inquérito policial, os respectivos autos devem**

- a) ser remetidos ao Chefe de Polícia, para conferência e deliberação.
- b) ser remetidos ao órgão ministerial, para oferecimento de denúncia.
- c) ser remetidos ao juízo competente ou entregues ao requerente, se assim este solicitar, mediante traslado.
- d) aguardar, em sede policial, o oferecimento de queixa-crime.
- e) ser arquivados caso a autoridade policial conclua pela inexistência do fato.

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra C**

Trata-se da literalidade do artigo 19 do CPP: Art. 19. Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

Se o crime é de ação penal privada, apenas a vítima pode oferecer queixa-crime. Logo, deve-se aguardar a iniciativa do interessado dentro do prazo decadencial.

**QUESTÃO 20. Nos crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra mulher, violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência,**

- a) a autoridade policial nomeará curador para a vítima.
- b) fica vedada a fixação de fiança pela autoridade policial em caso de flagrante delito.
- c) quando da lavratura da portaria, a autoridade policial deverá notificar o órgão ministerial responsável pela tutela do respectivo interesse.
- d) terá prioridade, sobre os demais crimes, a realização de exame de corpo de delito.
- e) o inquérito correrá sob sigilo.

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra D**

Trata-se de previsão expressa no artigo 158, parágrafo único, do CPP: Parágrafo único. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva: I - violência doméstica e familiar contra mulher; II - violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

**QUESTÃO 21. No que concerne à cadeia de custódia, o ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas, de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse, denomina-se:**

- a) armazenamento.
- b) transporte.

- c) fixação.
- d) coleta.
- e) preservação.

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**

Conforme previsto no artigo 158-B, inciso VI, do Código de Processo Penal: Art. 158-B. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas: [...] VI - transporte: ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse.

**QUESTÃO 22. Em caso de prisão em flagrante, a autoridade policial pode conceder fiança?**

- a) Sim, mas apenas na hipótese de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos.
- b) Sim, mas apenas quando se tratar de crime de menor potencial ofensivo.
- c) Não.
- d) Sim, mas apenas na hipótese de crime sem violência ou grave ameaça.
- e) Sim, mas apenas quando verificar que o fato foi praticado em legítima defesa, estado de necessidade ou estrito cumprimento do dever legal.

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra A**

Trata-se de previsão expressa do artigo 322 do Código de Processo Penal: Art. 322. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

**QUESTÃO 23. De acordo com matéria sumulada,**

- a) viola as garantias do juiz natural a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- b) arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, mesmo diante de novas provas.
- c) é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo a quaisquer elementos de prova, documentados ou não, em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.
- d) a proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.
- e) no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra E**

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 704 do STF “Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados”.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe a Súmula 524 do STJ “Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas”.

A alternativa C está incorreta. Dispõe a Súmula Vinculante 14 do STF “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe a Súmula 697 do STF “A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo”.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade da Súmula 523 do STF “No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu”.

**QUESTÃO 24. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte,**

- a) ordenará a manifestação da parte contrária.**
- b) deverá reconhecer que o recurso é deserto.**
- c) decidirá por seu não conhecimento, apontando a falta de adequação.**
- d) determinará que o escrivão certifique a boa-fé do recorrente.**
- e) mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra E**

Trata-se do princípio da fungibilidade recursal. Desde que não haja má-fé, o juiz pode tomar um recurso por outro. Exemplo, era cabível recurso em sentido estrito, mas a parte interpôs apelação. O erro não era grosseiro, não se verifica perda de prazo ou má-fé, então o juiz poderá admiti-lo.

Encontra previsão no artigo 579 do CPP: Art. 579. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Parágrafo único. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.

**QUESTÃO 25. A conduta de cobrar ágio superior à taxa oficial de câmbio, sobre quantia permutada por moeda estrangeira**

- a) é atípica.**
- b) configura crime contra a ordem tributária.**

- c) configura crime contra a ordem econômica.**
- d) configura crime contra a economia popular.**
- e) configura crime contra o sistema financeiro nacional.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, pois nos termos do art. 4º, “a”, da Lei n.º 1.521/1951, a conduta descrita no enunciado constitui crime contra a economia popular: “Art. 4º. Constitui crime da mesma natureza a usura pecuniária ou real, assim se considerando: a) cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dívidas em dinheiro superiores à taxa permitida por lei; cobrar ágio superior à taxa oficial de câmbio, sobre quantia permutada por moeda estrangeira; ou, ainda, emprestar sob penhor que seja privativo de instituição oficial de crédito [...] Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, de cinco mil a vinte mil cruzeiros”.

Assim, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

#### **QUESTÃO 26. São penas principais previstas na LCP:**

- a) detenção, reclusão e multa.**
- b) detenção e reclusão, apenas.**
- c) prisão simples e multa.**
- d) prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.**
- e) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e multa.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, pois está de acordo com o art. 5º da LCP: “Art. 5º As penas principais são: I – prisão simples. II – multa”.

A alternativa A está incorreta, pois não há previsão de pena de detenção na LCP.

A alternativa B está incorreta, pois não há previsão de pena de detenção, nem tampouco reclusão na LCP

A alternativa D está incorreta, pois não há previsão de pena de prestação de serviços à comunidade ou prestação pecuniária na LCP.

A alternativa E está incorreta, pois não há previsão de medidas educativas ou congêneres na LCP.

#### **QUESTÃO 27. A Lei nº 2.889/56, que trata do genocídio, prevê o crime de incitação ao genocídio. Referida lei estabelece como pena para a conduta de incitação ao genocídio, caso este se consuma,**

- a) a mesma pena do crime incitado.**
- b) metade da pena do crime incitado.**
- c) a pena referente ao homicídio, bem como a pena de extradição, caso se trate de estrangeiro.**
- d) a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.**
- e) a pena referente ao homicídio, bem como a perda da nacionalidade brasileira, caso o grupo vítima seja de brasileiros.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, conforme art. 3º, § 1º, da Lei nº 2.889/1956: “Art. 3º Incitar, direta e publicamente alguém a cometer qualquer dos crimes de que trata o art. 1º: Pena: Metade das penas ali cominadas. § 1º A pena pelo crime de incitação será a mesma de crime incitado, se este se consumir”.

Assim, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 28. Constitui falta grave cometida pelo condenado à pena privativa de liberdade, expressamente prevista na LEP:**

- a) deixar de indenizar a vítima, se possível fazê-lo, pelo crime a que condenado.**
- b) faltar com urbanidade e respeito aos demais condenados.**
- c) recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.**
- d) negligenciar a higiene pessoal ou asseio da cela ou alojamento.**
- e) simular moléstia ou doença grave.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, conforme redação do art. 9º-A, § 8º e art. 50, VIII, da LEP: “Art. 9º-A [...] § 8º Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético”. “Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que [...] VIII - recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético”.

As hipóteses indicadas nas alternativas A, B, D e E estão incorretas, pois não configuram hipóteses de cometimento de falta grave.

**QUESTÃO 29. A Lei nº 9.029/95, que define práticas discriminatórias relativas à gravidez no trabalho, expressamente considera crime:**

- a) discriminação salarial de grávida.**
- b) exigência de teste relativo à esterilização ou a estado de gravidez.**
- c) estabelecimento de jornada de trabalho superior a 8h para grávida a partir da 20ª semana de gestação.**
- d) exposição da grávida a trabalhos braçais excessivos.**
- e) vedação ao gozo da licença maternidade.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**, nos termos do art. 2º, I, da Lei nº 9.025/1995: “Art. 2º Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias: I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;”.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, pois não constam da lei supracitada como práticas discriminatórias para fins de proteção da norma penal.

**QUESTÃO 30. A Lei nº 12.984/14, que define crimes de discriminação dos portadores de HIV, expressamente considera crime:**

- a) delimitar espaços próprios em espetáculos.
- b) impedir de utilizar transporte público.
- c) impedir doação de sangue e tecidos para o portador que não esteja acometido da doença.
- d) negar acesso a elevador.
- e) recusar ou retardar atendimento de saúde.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme art. 1º, VI, da Lei nº 12.984/2014: “Art. 1º Constitui crime punível com reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, as seguintes condutas discriminatórias contra o portador do HIV e o doente de aids, em razão da sua condição de portador ou de doente: [...] VI - recusar ou retardar atendimento de saúde”.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, pois nenhuma das hipóteses mencionadas constam do art. 1º da Lei nº 12.984/2014: “Art. 1º Constitui crime punível com reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, as seguintes condutas discriminatórias contra o portador do HIV e o doente de aids, em razão da sua condição de portador ou de doente: I - recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado; II - negar emprego ou trabalho; III - exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego; IV - segregar no ambiente de trabalho ou escolar; V - divulgar a condição do portador do HIV ou de doente de aids, com intuito de ofender-lhe a dignidade; VI - recusar ou retardar atendimento de saúde”.

**QUESTÃO 31. É crime definido na Lei nº 13.146/15 praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência. A pena é aumentada se**

- a) a conduta é praticada com intuito de lucro.
- b) o ocorrido causa intenso sofrimento psicológico à vítima.
- c) a conduta é praticada contra descendente, ascendente ou cônjuge.
- d) a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente.
- e) a vítima é menor de 14 anos.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme art. 88, § 1º, da Lei nº 13.146/2015: “Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. § 1º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente”.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois nenhuma das hipóteses configura causa de aumento de pena prevista na Lei nº 13.146/2015.

**QUESTÃO 32. No que concerne à escuta especializada e o depoimento especial, prescritos na Lei nº 13.431/17:**

- a) determina-se que o acusado do crime apenas tenha contato visual com a vítima, mas sempre na presença da autoridade policial ou judiciária.

**b) a escuta especializada consiste no procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.**

**c) o depoimento especial consiste no procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.**

**d) tratam-se de procedimentos facultativos para as vítimas e testemunhas de violência entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos.**

**e) proíbe-se a gravação de áudio e vídeo, a fim de preservar a privacidade da vítima.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, conforme art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 13.431/2017: “Art. 3º. Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, às quais o Estado, a família e a sociedade devem assegurar a fruição dos direitos fundamentais com absoluta prioridade. Parágrafo único. A aplicação desta Lei é facultativa para as vítimas e testemunhas de violência entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)”.

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do art. 9º da Lei nº 13.431/2017: “A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento”.

A alternativa B está incorreta, pois a alternativa trouxe o conceito de depoimento especial (art. 8º da Lei nº 13.431/2017). Nos termos do art. 7º da mesma lei, a “escuta especializada”: “é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade”.

A alternativa C está incorreta, pois a alternativa trouxe o conceito de escuta especializada (art. 7º da Lei nº 13.431/2017).

A alternativa E está incorreta, pois nos termos do art. 12, VI, da Lei nº 13.431/2017, o depoimento será sim gravado: “Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento: [...] VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo”.

**QUESTÃO 33. A Lei nº 12.830/13, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia prescreve expressamente que**

**a) o indiciamento é ato privativo do Delegado de Polícia, oriundo do livre convencimento desta autoridade e, portanto, prescinde de fundamentação.**

**b) o Escrivão e o Investigador de Polícia podem desempenhar tarefas privativas de Delegado, desde que prévia e expressamente autorizados por este.**

**c) ao Delegado deve ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem, entre outros, os Magistrados.**

**d) a apuração de infrações penais exercida pelo Delegado de Polícia, embora não considerada atividade jurídica, é função essencial e exclusiva de Estado.**

**e) a remoção do Delegado de Polícia, por ser ato inerente à organização interna da Polícia Judiciária, não demanda justificativa ou fundamentação por parte do superior hierárquico que a determina.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, conforme art. 3º da Lei nº 12.830/2013: “Art. 3º O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados”.

A alternativa A está incorreta, pois o indiciamento deve ser fundamentado, conforme art. 2º, § 6º, da Lei nº 12.830/2013: “Art. 2º [...] § 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias”.

A alternativa B está incorreta, pois a prática de atos privativos do delegado de polícia é indelegável.

A alternativa D está incorreta, pois a apuração de infrações penais pelo Delegado de Polícia é sim considerada atividade jurídica, conforme art. 2º, “caput”, da Lei nº 12.830/2013: “Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado”.

A alternativa E está incorreta, pois a remoção do delegado deve se dar por ato fundamentado, conforme art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.830/2013: “Art. 2º [...] § 5º A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado”.

**QUESTÃO 34. O empregador, que não teve participação na ação criminosa, mas é responsável civil pelo empregado que pratica um crime de menor potencial ofensivo que cause prejuízo patrimonial à vítima, nos termos da Lei nº 9.099/95:**

**a) não tem qualquer participação no sistema dos Juizados Especiais Criminais.**

**b) se possível, deve comparecer à audiência preliminar, a fim de que possa participar da tentativa de composição civil dos danos.**

**c) não tendo participação na ação criminosa, não tem legitimidade para atuar nos autos que apuram conduta de terceiro.**

**d) a fim de evitar ser criminalmente processado pode, se assim entender conveniente, aceitar proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.**

**e) pode aceitar acordo de suspensão condicional do processo, mediante reparação do dano, se assim entender conveniente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**, conforme art. 72 da Lei nº 9.099/1995: “Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade”.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, pois não estão de acordo com o art. 72 da Lei nº 9.099/1995.

**QUESTÃO 35. A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.**

**a) O Supremo Tribunal Federal admite ação direta de inconstitucionalidade que vise impugnar norma de caráter secundário.**

**b) O Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa podem propor ação direta de inconstitucionalidade exclusivamente em face das normas que se originam do seu próprio Estado.**

**c) Lei anterior à Constituição pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade, desde que demonstrado que o parâmetro de controle, apesar de diferente, tem o mesmo teor.**

**d) Todos os legitimados a propor a declaração de inconstitucionalidade de lei têm capacidade postulatória para tanto.**

**e) O Estado-membro não tem legitimidade para interpor agravo interno da decisão do relator que em sede de controle normativo abstrato indeferiu a petição inicial proposta pelo Governador do Estado.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com entendimento do STF: “É incabível a ação direta de inconstitucionalidade quando destinada a examinar atos normativos de natureza secundária que não regulem diretamente dispositivos constitucionais, mas sim normas legais. Violação indireta que não autoriza a aferição abstrata de conformação constitucional.” (ADI 2.714, rel. min. Maurício Corrêa, j. 13-3-2003, P, DJ de 27-2-2004.).

A alternativa B está incorreta. A Constituição não faz tal limitação. De acordo com art. 103, IV e V, da CF: “Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;”

A alternativa C está incorreta. De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADPF 33 (Rel. Min. Gilmar Mendes): “11. Eventual cogitação sobre a inconstitucionalidade da norma impugnada em face da Constituição anterior, sob cujo império ela foi editada, não constitui óbice ao conhecimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, uma vez que nessa ação o que se persegue é a verificação da compatibilidade, ou não, da norma pré-constitucional com a ordem constitucional superveniente”.

Assim, a conformidade à constituição vigente à época da norma pré-constitucional pode até ser eventualmente suscitada em sede de controle concentrado, porém, o parâmetro de controle a ser adotado é a atual Constituição.

A alternativa D está incorreta. De acordo com entendimento do STF: “O governador do Estado e as demais autoridades e entidades referidas no art. 103, I a VII, da CF, além de ativamente legitimados à instauração do controle concentrado de constitucionalidade das leis e atos normativos, federais e estaduais, mediante ajuizamento da ação direta perante o STF, possuem capacidade processual plena e dispõem, ex vi da própria norma constitucional, de capacidade postulatória. Podem, em consequência, enquanto ostentarem aquela condição, praticar, no processo de ação direta de inconstitucionalidade, quaisquer atos ordinariamente privativos de advogado.” (ADI 127 MC-QO, rel. min. Celso de Mello, j. 20-11-1989, P, DJ de 4-12-1992).

Portanto, o STF entendeu que somente os partidos políticos e as confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional deverão ajuizar a ação por advogado (art. 103, VIII e IX). Quanto aos demais legitimados (art. 103, I-VII), a capacidade postulatória decorre da Constituição.

A alternativa E está correta. De acordo com entendimento do STF: “O Estado-membro não possui legitimidade para recorrer contra decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade, ainda que a ADI tenha sido ajuizada pelo respectivo Governador. A legitimidade para recorrer, nestes casos, é do próprio Governador (previsto como legitimado pelo art. 103 da CF/88) e não do Estado-membro. (STF. Plenário. ADI 4420 ED-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 05/04/2018)”.

**QUESTÃO 36. Considere que José é advogado público e no âmbito do ente em que desenvolve sua atividade profissional foi aprovada a Lei nº 1.234/22, que impõe a necessidade de autorização expressa do Advogado-Geral para manifestação do advogado público sobre assunto pertinente às suas funções. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que**

**a) considerando o cargo ocupado por José, a Lei nº 1.234/22 é constitucional, mas é preciso ressaltar a liberdade acadêmica e a possibilidade de comunicar às autoridades competentes sobre ilegalidades.**

**b) a Lei nº 1.234/22 é inconstitucional, na medida em que não respeita os postulados da proporcionalidade e da razoabilidade.**

**c) a Lei nº 1.234/22 apenas não será considerada inconstitucional se dispor expressamente como deverá ser pedida a autorização prévia à manifestação.**

**d) como a Constituição Federal impõe a publicidade como regra e o sigilo como exceção, a Lei nº 1.234/22 afronta diretamente o art. 37 do Texto Constitucional.**

**e) tal lei é flagrantemente inconstitucional, e José pode descumpri-la, uma vez que afronta o seu direito à liberdade de expressão.**

#### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 4652: “Considerando-se a natureza do cargo, é constitucional a necessidade de ordem ou autorização expressa do Advogado-Geral da União para manifestação do advogado público sobre assunto pertinente às suas funções, ressalvadas a liberdade de cátedra e a comunicação às autoridades competentes acerca de ilegalidades constatadas. (STF. Plenário. ADI 4652/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 13/6/2023)”.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial transcrito acima, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 37. Considere que Luísa tem 22 anos, é advogada recém-formada e gostaria de ser Ministra da Casa Civil. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que**

**a) precisa estar filiada a algum partido político para tomar posse no cargo de Ministra da Casa Civil.**

**b) precisa estar no exercício dos direitos políticos e, se ocupar o cargo desejado, deve apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério.**

**c) não preenche todos os requisitos para ocupar o cargo desejado, pois apenas pode ser indicado(a) como Ministra(o) de Estado quem tem mais de 35 anos.**

**d) preenche todos os requisitos constitucionais, mas atualmente é impedida de expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.**

**e) não preenche os requisitos exigidos, pois não é formada em Administração e não tem 35 anos.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**. O artigo 87 da CF traz os requisitos para exercer o cargo de Ministro de Estado. Vejamos: “Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.”

Logo, como Luísa tem mais de 21 anos, se estiver no exercício dos direitos políticos, poderá ocupar o cargo desejado. Neste caso, o parágrafo único do artigo 87 da CF traz as atribuições dos Ministros de Estado. A seguir: “Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei: I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República; II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos; III - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério; IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.”

Conforme, pois, inciso III do artigo 87, Luísa, se ocupar o cargo desejado, deve apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério.

Correta, portanto, a alternativa B.

Utilizando como base os mesmos dispositivos legais transcritos acima, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

### **QUESTÃO 38. Sobre o Estado Federal, assinale a alternativa correta.**

**a) A existência de um Estado Federal é incompatível com a autonomia dos entes federados.**

**b) No âmbito do Estado Federal, admite-se a sua dissolução parcial.**

**c) Todos os entes federados são dotados de soberania.**

**d) O Estado Federal é sempre um Estado descentralizado.**

**e) A ideia de federalismo cooperativo teve origem na Áustria.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com artigo 18 da CF: “Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”

A alternativa B está incorreta. O Estado Federal é indissolúvel, conforme art. 1º da CF: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:”

A alternativa C está incorreta. Apenas a União é dotada de soberania. Os demais entes são dotados de autonomia. Conforme art. 1º, I, da CF: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania;”

Ademais, veja texto do artigo 18 da CF: “Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”

A alternativa D está correta. De acordo com entendimento doutrinário, esta é a definição de Estado descentralizado: “Em uma Federação, cada unidade (isto é, Estado-Membro) cede parcela de sua soberania para um ente central, responsável pela centralização e unificação do Estado. Essas unidades passam a ser autônomas entre si dentro do pacto federativo. O Estado Federado é, por definição, um Estado descentralizado, revelando autonomia em cada unidade federada e a divisão de competências sem haver hierarquia.” (Revista do ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Módulo 1 - Conceitos introdutórios sobre federalismo e federalismo fiscal. Introdução ao Federalismo e ao Federalismo Fiscal no Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3182/1/Módulo%201%20-%20Conceitos%20introdutórios%20sobre%20federalismo%20e%20federalismo%20fiscal.pdf>. Acesso em: 05/12/2023).

A alternativa E está incorreta. O federalismo cooperativo tem origem norte americana. De acordo com entendimento doutrinário: “Segundo Carmo, Dasso Junior e Hitner (2014, p. 40), com a Depressão da economia dos Estados Unidos em decorrência da Crise de 1929, política que ficou conhecida por New Deal, houve a necessidade de intervenção do Estado nessa área no governo Roosevelt. Esta política demandou uma grande atuação do governo federal, alterando o federalismo dual que até então vigorava nos EUA para o federalismo cooperativo, adequando a Constituição Americana às demandas de ordem social e econômica. A base teórica é a economia do bem-estar ou welfare economics, sendo o Estado considerado necessário para complementar o sistema, corrigir disparidades e desigualdades, e garantir a estabilidade econômica.” (Revista do ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Módulo 1 - Conceitos introdutórios sobre federalismo e federalismo fiscal. Introdução ao Federalismo e ao Federalismo Fiscal no Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3182/1/Módulo%201%20-%20Conceitos%20introdutórios%20sobre%20federalismo%20e%20federalismo%20fiscal.pdf>. Acesso em: 05/12/2023).

**QUESTÃO 39. Considere que no âmbito do Estado X foi editada Lei nº10.000/2022, que previu em seu artigo primeiro que “Todos os integrantes do quadro efetivo dos Agentes Penitenciários do Estado X têm porte de arma, ainda que fora do serviço”. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que tal previsão é**

- a) inconstitucional, por violar exclusivamente a competência privativa da União para legislar sobre sistema penitenciário.**
- b) inconstitucional, pois está em desacordo com o disposto no Estatuto do Desarmamento.**
- c) inconstitucional, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre direito penal e material bélico.**
- d) compatível com a Constituição apenas do ponto de vista formal.**

**e) constitucional, uma vez que o Supremo Tribunal Federal declarou que o sistema penitenciário brasileiro está sob estado de coisas inconstitucional, devendo ser adotadas medidas para mudar o quadro atual da segurança pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 5076: “É inconstitucional – por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito penal e material bélico (art. 22, I e XXI, CF/88) – norma estadual que concede, de forma incondicionada, o porte de arma de fogo a agentes penitenciários. (STF. Plenário. ADI 5076/RO, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 13/03/2023)”.

Logo, a previsão da Lei nº10.000/2022 é inconstitucional, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre direito penal e material bélico.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial transcrito acima, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 40. A respeito das Emendas à Constituição, é correto afirmar que**

**a) não podem ser objeto de ações diretas de inconstitucionalidade.**

**b) não podem dispor sobre direitos fundamentais.**

**c) decorrem do exercício do poder constituinte derivado decorrente.**

**d) serão promulgadas pelo Presidente da República.**

**e) não podem dispor sobre as regras constitucionais que regulam o processo de modificação da Constituição.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme entendimento do STF: “O STF já assentou o entendimento de que é admissível a ação direta de inconstitucionalidade de emenda constitucional, quando se alega, na inicial, que esta contraria princípios imutáveis ou as chamadas cláusulas pétreas da Constituição originária (art. 60, § 4º, da CF). Precedente: ADI 939 (RTJ 151/755). (ADI 1.946 MC, rel. min. Sydney Sanches, j. 29-4-1999, P, DJ de 14-9-2001).”

A alternativa B está incorreta. As emendas podem, sim, dispor sobre direitos fundamentais. O que não é possível é a emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Conforme art. 60, § 4º, IV, da CF: “§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: IV - os direitos e garantias individuais.”

A alternativa C está incorreta. As emendas decorrem do poder constituinte derivado reformador. De acordo com doutrina do professor Pedro Lenza: “O poder constituinte derivado reformador, chamado por alguns de competência reformadora, tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário, sem que haja uma verdadeira revolução.

O poder de reforma constitucional, assim, tem natureza jurídica, ao contrário do originário, que é um poder de fato, um poder político, ou, segundo alguns, uma força ou energia social.<sup>14</sup>

A manifestação do poder constituinte reformador verifica-se através das emendas constitucionais (arts. 59, I, e 60 da CF/88), que abordaremos melhor quando tratarmos das espécies normativas.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 60, § 3º, da CF: “§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.” (LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-217).

A alternativa E está correta. De acordo com o Professor Virgílio Afonso da Silva, da USP: “A seguir, proceder-se-á a uma análise dos limites ao poder de reforma constitucional, para demonstrar que, ao lado dos limites explicitados pela constituição, há limites implícitos, os quais, por uma questão lógica, não necessitam ser explicitados (item 2). No item (3.), ficará claro que o poder constituinte derivado é um poder heterônomo, ou uma reserva de constituição. Isto servirá para demonstrar que esse poder, responsável pelas emendas à constituição, é um poder que não pode dispor de sua própria regulamentação.” (DA SILVA, Virgílio Afonso. Ulisses, as sereias e o poder constituinte derivado: sobre a inconstitucionalidade da dupla revisão e da alteração no quórum de 3/5 para aprovação de emendas constitucionais. Revista de Direito Administrativo 226 (2001); p-11-32. São Paulo, 2001).

No mesmo sentido, o professor Pedro Lenza: “Dessa forma, além das limitações expressas ou explícitas (formais ou procedimentais — art. 60, 1, II, III e §§ 2., 3.º e 5.º; circunstanciais — art. 60, § 1.º; e materiais — art. 60, § 4.º), a doutrina identifica, também, as limitações implícitas (como impossibilidade de se alterar o titular do poder constituinte originário e o titular do poder constituinte derivado reformador, bem como a proibição de se violar as limitações expressas, não tendo sido adotada, no Brasil, portanto, a teoria da dupla revisão, ou seja, uma primeira revisão acabando com a limitação expressa e a segunda reformando aquilo que era proibido).” (Lenza, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-218).

#### **QUESTÃO 41. A respeito dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta.**

**a) Todos os direitos fundamentais estão alocados no rol do art. 5º da Constituição Federal ou em Tratados sobre direitos humanos aprovados seguindo o procedimento de emenda constitucional.**

**b) A Constituição Federal previu expressamente que os animais são titulares de direitos fundamentais de primeira geração.**

**c) Não dá qualquer distinção entre direitos fundamentais em sentido formal e direitos fundamentais em sentido material.**

**d) A dimensão objetiva dos direitos fundamentais está ligada ao reconhecimento de que tais direitos implicam deveres de proteção do Estado.**

**e) Atualmente a doutrina majoritária constitucionalista rechaça a ideia de que os direitos fundamentais apresentam uma dimensão subjetiva.**

#### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O próprio artigo 5º da CF, em seu § 2º, admite a existência de outros direitos fundamentais: “§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

Ademais, mencione-se que a própria Constituição traz outros direitos fundamentais, fora do rol do artigo 5º. Por exemplo, o princípio da anterioridade tributária: “Art. 150. Sem prejuízo de outras

garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;”.

A alternativa B está incorreta. Não há tal disposição na Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. De acordo com entendimento doutrinário: “A fundamentalidade dos direitos diz respeito, por conseguinte, à sua proteção em um sentido formal e em um sentido material. A fundamentalidade formal refere-se à posição hierárquica que as normas de direitos fundamentais ocupam no ordenamento jurídico, vinculando diretamente o legislador, o Poder Executivo e o Judiciário (Alexy, 2008, p. 520). A fundamentalidade material pode ensejar a abertura da Constituição a direitos fundamentais que não se encontram positivados em seu texto, direitos materialmente, mas não formalmente fundamentais.” (Revista da Puc-Rio. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18691/18691\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18691/18691_3.PDF). Acesso em: 05/12/2023).

A alternativa D está correta. Para a doutrina majoritária, os direitos fundamentais se expressam de duas formas: numa vertente subjetiva e numa vertente objetiva. Subjetivamente, expressam a faculdade de exigir uma ação ou abstenção, a partir de situação particular. Objetivamente, retratam o modo de cumprimento e os limites das atividades do Estado. Pela mesma justificativa, a alternativa E fica incorreta.

**QUESTÃO 42. A respeito das técnicas de decisão em sede de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.**

**a) A decisão que declara que a norma está em trânsito para inconstitucionalidade se assemelha com a técnica da sinalização aplicada no direito estadunidense.**

**b) Em face da existência do princípio da congruência da sentença com o pedido, atualmente não mais se admite a inconstitucionalidade por arrastamento, devendo o relator intimar previamente a parte para aditar a petição inicial e realizar a indicação correta dos dispositivos impugnados.**

**c) A lei inconstitucional é anulável e, por isso, admite-se a modulação de efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade da lei.**

**d) A norma que estabeleceu o prazo em dobro para recurso da Defensoria Pública teve pronunciada sua inconstitucionalidade sem declaração de nulidade, pois considerou a situação vulnerável dos jurisdicionados.**

**e) A interpretação conforme à Constituição e a declaração parcial de nulidade sem redução de texto são técnicas de decisão que se confundem.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A técnica da sinalização é de origem estadunidense. Sobre ela, a doutrina: “Para realizar a superação de precedentes nessas hipóteses, a técnica de sinalização (signaling) é tida como um importante meio para preservar a segurança jurídica na mudança, tutelando a confiança legítima do passado e afastando-a do futuro.

A sinalização é uma técnica pela qual o tribunal, muito embora continue a seguir o precedente, esclarece à sociedade que ele não é mais confiável. Assim, a partir desta técnica, o tribunal abre caminho para uma futura superação, afastando o embaraço da proteção da confiança legítima à sua realização. Para sua utilização, o tribunal não precisa evidenciar que está fazendo uso da técnica, mas é suficiente apenas

apontar que, caso o precedente não fosse dotado de relevante estabilidade e previsibilidade, a solução seria outra e que a sua superação é provável em um futuro próximo, demonstrando as razões de sua afirmação. (...) Desse modo, nos casos posteriores à sinalização (signaling), o tribunal poderá superar o precedente com maior tranquilidade, pois terá apontado que ele já não era, desde então, confiável. Qualquer sujeito que confiar no precedente para guiar suas ações, após a sinalização, fá-lo-á de forma injustificada, não merecendo, portanto, ter sua expectativa juridicamente tutelada. Há a transferência dos riscos dos prejuízos gerados pela superação do precedente, que passa a ser do jurisdicionado. Assim, a superação do precedente geralmente deve ser realizada com eficácia retroativa, alcançando qualquer ato que tenha sido realizado após a sinalização da defasagem do precedente. A sinalização não precisa ser declarada expressamente no precedente, é suficiente que a Corte, ao debater a questão, portanto na justificativa da decisão, teça as considerações que levam à identificação de um verdadeiro juízo de impertinência da ratio decidendi firmada ao sistema jurídico, do que se extrai a necessidade de sua revogação. Enfim, a sinalização não precisa ser realizada de modo expresso.” (DE MACÊDO, Lucas Buril. Transformação, sinalização e superação antecipada e sua pertinência ao sistema de precedentes brasileiro. Revista de Processo Comparado. Volume 3. 2016. Disponível em: [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RProComp\\_n.3.06.PDF](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RProComp_n.3.06.PDF). Acesso em: 05/12/2023).

A alternativa B está incorreta. O próprio STF admite a inconstitucionalidade por arrastamento: “Ocorre quando a declaração de inconstitucionalidade de uma norma impugnada se estende aos dispositivos normativos que apresentam com ela uma relação de conexão ou de interdependência. Nesses casos, as normas declaradas inconstitucionais servirão de fundamento de validade para aquelas que não pertenciam ao objeto da ação, em razão da relação de instrumentalidade entre a norma considerada principal e a dela decorrente.” (Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesauro/pesquisa.asp?pesquisaLivre=ARRAS#:~:text=INCONSTITUCIONALIDADE%20POR%20ARRASTAMENTO&text=NOTA%3A-Ocorre%20quando%20a%20declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20inconstitucionalidade%20de%20uma%20norma%20impugnada,de%20conex%C3%A3o%20ou%20de%20interdepend%C3%Aancia>. Acesso em: 05/12/2023).

Veja exemplo de decisão do STF tratando da inconstitucionalidade por arrastamento, na ADI 5882: “Decisão (ED): O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e dos segundos embargos de declaração, opostos pelos amici curiae A. ANGELONI & CIA LTDA e BAUMANN INDÚSTRIA e COMÉRCIO DE AÇOS LTDA, mas modulou ex officio os efeitos da decisão para, nos termos propostos pelo Relator, “determinar que a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º e, por arrastamento, do art. 13, ambos da Lei 17.302, de 30 de outubro de 2017, do Estado de Santa Catarina, tenha eficácia apenas a partir da data de deferimento da medida cautelar (15.2.2018), ficando, assim, mantidas, até a referida data, as compensações dos valores representados pelos créditos decorrentes de debêntures com débitos de ICMS realizadas com base na referida lei catarinense”, nos termos do voto do Ministro André Mendonça, Redator para o acórdão, vencidos parcialmente os Ministros Gilmar Mendes (Relator), Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso, tão somente no tocante ao não conhecimento do recurso. Plenário, Sessão Virtual de 22.9.2023 a 29.9.2023 (Sessão iniciada na Presidência da Ministra Rosa Weber e finalizada na Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso).”

A alternativa C está incorreta. A modulação dos efeitos está ligada à possibilidade de se restringir a eficácia temporal das decisões do Supremo em controle difuso ou concentrado de constitucionalidade, para que tenham efeitos exclusivamente prospectivos. De acordo com art. 27 da lei 9.868/99: “Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois

terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.”

A alternativa D está incorreta. Tal norma não foi declarada inconstitucional, continuando válida no ordenamento. De acordo com art. 186 do CPC: “Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.”

A alternativa E está incorreta. Tais técnicas são distintas. Sobre a técnica da interpretação conforme, o professor Pedro Lenza dispõe: “Diante de normas plurissignificativas ou polissêmicas (que possuem mais de uma interpretação), deve-se preferir a exegese que mais se aproxime da Constituição e, portanto, que não seja contrária ao texto constitucional, daí surgirem várias dimensões a serem consideradas, seja pela doutrina, 42 seja pela jurisprudência, destacando-se que a interpretação conforme será implementada pelo Judiciário e, em última instância, de maneira final, pela Suprema Corte.” (Lenza, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-180).

Já na declaração de nulidade parcial sem redução de texto, como o próprio nome diz, há possibilidade de reconhecimento da inconstitucionalidade de apenas parte da norma incompatível com a Constituição, preservando-se as demais que sejam com ela consonantes.

**QUESTÃO 43. Considere que no âmbito do Estado X foi aprovada a Lei nº 15.000/22 que atribuiu ao corpo de bombeiros militar a competência para a coordenação e execução de perícias de incêndios em locais de sinistros. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que**

**a) como a investigação criminal é de atribuição exclusiva dos órgãos de polícia judiciária, tal lei é materialmente inconstitucional.**

**b) tal lei é constitucional, pois dispõe, ainda que indiretamente, da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis, matéria que está na competência concorrente da União e dos Estados.**

**c) a Lei nº 15.000/22 é constitucional, uma vez que trata de procedimento em matéria processual, matéria que está no âmbito da competência concorrente da União e dos Estados, e porque não disciplinou que a competência é exclusiva do corpo de bombeiros.**

**d) a Lei nº 15.000/22 é inconstitucional, pois somente a Polícia Civil tem competência para realizar a atividade de perícia que possa estar relacionada com a prática de crimes.**

**e) como a lei trata de direito penal, ela deve ser considerada como inconstitucional, já que tal matéria é da competência privativa da União.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. De acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 2776: “É constitucional norma de Constituição estadual que atribui ao corpo de bombeiros militar (CBM) competência para a coordenação e execução de perícias de incêndios e explosões em local de sinistros. Contudo, essa competência não pode ser exclusiva, sob pena de prejudicar a atuação das polícias civis na apuração criminal de fatos que envolvam incidentes dessa natureza. ADI 2.776/ES, relator Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 11.9.2023.”

Portanto, a Lei nº 15.000/22 é constitucional, uma vez que trata de procedimento em matéria processual, matéria que está no âmbito da competência concorrente da União e dos Estados, e porque não disciplinou que a competência é exclusiva do corpo de bombeiros. Logo, correta a letra C.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial transcrito acima, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 44. Nos termos da Constituição Federal, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal é da competência**

**a) do Senado Federal e do Congresso Nacional, respectivamente.**

**b) privativa do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente.**

**c) exclusiva da Câmara dos Deputados, por 3/5 dos seus membros, e do Conselho da República, respectivamente.**

**d) privativa do Senado Federal, para ambas.**

**e) exclusiva do Congresso Nacional, para ambas.**

#### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**. De acordo com artigo 49, IV da CF: “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;”

Utilizando como base o mesmo dispositivo legal transcrito acima, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 45. Assinale a alternativa que corretamente contempla um dos integrantes do Conselho de Defesa Nacional e uma das suas competências Constitucionais.**

**a) Presidente da Câmara dos Deputados e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.**

**b) Ministro do Planejamento e estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.**

**c) Líderes da maioria e da minoria no Senado Federal e propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso.**

**d) Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz.**

**e) Ministro das Relações Exteriores e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.**

#### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De fato, o Presidente da Câmara dos Deputados integra o Conselho de Defesa Nacional, conforme art. 91, II, da CF: “Art. 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos: II - o Presidente da Câmara dos Deputados;”.

No entanto, “pronunciar-se sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas” é competência do Conselho da República, e não do Conselho Nacional, conforme art. 90,

II, da CF: “Art. 90. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre: II - as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 91, VII, da CF: “Art. 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos: VII - o Ministro do Planejamento;”.

Ademais, conforme art. 91, § 1º, IV, da CF: “§ 1º Compete ao Conselho de Defesa Nacional: IV - estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.”

A alternativa C está incorreta. Líderes da maioria e da minoria no Senado Federal compõem o Conselho da República, e não do Conselho Nacional, conforme art. 89, V, da CF: “Art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam: V - os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;”

A alternativa D está incorreta. Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados compõem o Conselho da República, e não do Conselho Nacional, conforme art. 89, IV, da CF: “Art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam: IV - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;”

A alternativa E está incorreta. De fato, o Ministro das Relações Exteriores integra o Conselho de Defesa Nacional, conforme art. 91, VI, da CF: “Art. 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos: VI - o Ministro das Relações Exteriores;”

No entanto, “pronunciar-se sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas” é competência do Conselho da República, e não do Conselho Nacional, conforme art. 90, II, da CF: “Art. 90. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre: II - as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.”

#### **QUESTÃO 46. A respeito da Intervenção federal, assinale a alternativa correta.**

**a) A intervenção pode ser espontânea ou provocada e materializa-se por meio da edição de uma medida provisória.**

**b) O ato de intervenção é privativo do Presidente da República, mas está sujeito ao controle político exercido pelo Poder Legislativo e ao controle jurisdicional, a depender do caso concreto.**

**c) Pode-se afirmar que a intervenção é um ato de natureza exclusivamente política.**

**d) No âmbito da intervenção nos municípios, o interventor deverá ser uma autoridade federal e atuará em substituição ao Prefeito, mas com ajuda direta do Presidente da Câmara Municipal, conforme previsto no texto constitucional.**

**e) O instituto da Intervenção federal tem papel essencial no âmbito de uma Federação, sendo considerado como um dos seus elementos caracterizadores.**

#### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Será por decreto do Presidente da República. De acordo com art. 36, § 1º, da CF: “§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução

e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 84, X, da CF: “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: X - decretar e executar a intervenção federal;”

Ademais, veja que, conforme art. 49, IV da CF, há sim controle político: “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;”

No mesmo sentido, é o art. 36, § 1º, da CF: “§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.”

A alternativa C está incorreta. Conforme o já mencionado artigo 36, § 1º, a intervenção federal é ato predominantemente, mas não “exclusivamente” político.

A alternativa D está incorreta. Não existe tal disposição na Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. A intervenção não é elemento caracterizador da Federação. Os elementos caracterizadores do Estado são soberania, finalidade, território e povo. De acordo com professor Pedro Lenza: “A Constituição deve trazer em si os elementos integrantes (componentes ou constitutivos) do Estado, quais sejam: soberania; finalidade; povo; território.” (Lenza, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-481).

#### **QUESTÃO 47. São características dos Direitos Humanos, dentre outras:**

**a) inalienabilidade, irrenunciabilidade e concorrência.**

**b) indisponibilidade, divisibilidade e imprescritibilidade.**

**c) interdependência, não concorrência e universalidade.**

**d) relatividade, não concorrência e disponibilidade.**

**e) ilimitabilidade, indivisibilidade e universalidade.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. **Inalienabilidade** - Essa característica é bastante simples e relaciona-se com a irrenunciabilidade. De acordo com a doutrina, os Direitos Humanos não poderão ser alienados. Dito de outra forma, o titular não poderá dispor dos Direitos Humanos. Irrenunciabilidade - Adaptando essa ideia aos direitos humanos, porque eles envolvem o rol dos direitos mais importantes de uma pessoa, não poderão ser renunciados, ainda que se deseje abrir mão deles. Concorrência, Interdependência ou complementaridade - Entende-se por interdependência a mútua relação entre os Direitos Humanos protegidos pelos diversos diplomas internacionais.

A alternativa B está incorreta. Os direitos humanos são indivisíveis. A indivisibilidade tem o sentido de que os direitos humanos constituem um corpo único, a ser interpretado e aplicado em conjunto, as dimensões se complementam e não substituem umas às outras.

A alternativa C está incorreta. Ver comentário A.

A alternativa D está incorreta. Ver comentário A.

A alternativa E está incorreta. Pelo princípio da relatividade ou da limitabilidade, devemos compreender que os Direitos Humanos podem sofrer limitações para adequá-los a outros valores coexistentes na ordem jurídica.

**QUESTÃO 48. Os documentos históricos da Constituição de Weimar (Alemanha) e Tratado de Versalhes marcam**

**a) a terceira geração de Direitos Humanos.**

**b) o fundamento e concretização dos Direitos Humanos, passando da fase filosófica para técnico-jurídica.**

**c) a primeira geração dos Direitos Humanos.**

**d) a positivação dos Direitos Humanos, uma vez que antes desses instrumentos legais os direitos humanos eram apenas expectativas.**

**e) a segunda geração dos Direitos Humanos.**

**Comentários.**

A alternativa correta é a **letra E**

A alternativa A está incorreta. Ver comentário alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Embora a Constituição de Weimar tenha sido progressista em muitos aspectos, ela não representou necessariamente um avanço decisivo na concretização dos Direitos Humanos em um contexto técnico-jurídico. Isso se deve, em parte, ao fato de que muitos dos direitos estabelecidos eram mais declaratórios do que efetivamente aplicáveis. Além disso, o Tratado de Versalhes, assinado em 1919, teve como objetivo principal estabelecer a paz após a Primeira Guerra Mundial. Embora tenha introduzido algumas disposições relacionadas aos direitos nacionais e à autodeterminação dos povos, seu foco principal não era os Direitos Humanos no sentido moderno.

A alternativa C está incorreta. Ver comentário E.

A alternativa D está incorreta. Antes desses documentos, os Direitos Humanos eram principalmente conceitos filosóficos e morais, discutidos no contexto do Iluminismo e dos movimentos revolucionários. Apesar de existirem algumas codificações de direitos, como a Declaração de Direitos de 1689 na Inglaterra e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 na França, esses documentos eram mais limitados em escopo e não eram considerados universais. Ademais, a positivação dos Direitos Humanos, ou seja, a sua incorporação em leis e tratados internacionais obrigatórios, ocorreu de forma mais significativa após a Segunda Guerra Mundial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é frequentemente considerada o ponto de partida para a positivação global dos Direitos Humanos, seguida por tratados internacionais como os Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

A alternativa E está correta. Ao examinar o histórico de documentos internacionais que consagraram, com primazia, os direitos de segunda dimensão (sociais, econômicos e culturais), a doutrina destaca documentos no âmbito do constitucionalismo e do Direito Internacional. Na perspectiva do constitucionalismo social, tem-se a Constituição do México de 1917 e a Constituição alemã de Weimar de 1919. Já no âmbito do Direito Internacional, tem-se o Tratado de Versalhes. Este tratado é o mesmo que pôs fim à 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Porém, em seu corpo, também foi inserida a previsão da criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT, na primeira quadra do século XX, teve

um papel fundamental na proteção dos direitos humanos, em particular na referência protetiva aos direitos trabalhistas, um típico direito de segunda dimensão.

**QUESTÃO 49. Os tratados de Direitos Humanos aprovados por cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos de votos de seus membros, integram o ordenamento jurídico com status de**

- a) Emenda Constitucional.**
- b) Lei ordinária.**
- c) Norma supralegal, mas hierarquicamente inferior à Constituição Federal.**
- d) Decreto legislativo.**
- e) Norma Constitucional**

**Comentários.**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme artigo 5º, parágrafo 3º da Constituição Federal, leia-se: § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

A alternativa B está incorreta. Ver alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Ver alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Ver alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Ver alternativa A.

**QUESTÃO 50. A respeito dos sistemas de promoção e proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.**

**a) O sistema global de promoção e proteção dos direitos humanos edita normas de caráter geral, de proteção de todos os indivíduos, genericamente. Normas de caráter específico, direcionadas à proteção de grupos específicos, cabem aos sistemas regionais.**

**b) As recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, elaboradas a partir da investigação de denúncias de violações, tem caráter vinculante.**

**c) A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem jurisdição ilimitada e pode determinar, caso acate a violação de direitos humanos, além de indenizações por danos morais e materiais à vítima, coerção punitiva ao Estado violador.**

**d) O sistema global de promoção e proteção dos direitos humanos possui dois tipos de procedimentos, o convencional e o não convencional. O não convencional é o acionado em caso de violação de direitos humanos por país não signatário de tratados internacionais.**

**e) O sistema global de promoção e proteção dos direitos humanos possui primazia sobre os sistemas regionais e, em eventual conflito, as normas globais prevalecem sobre as regionais.**

**Comentários**

A alternativa correta é a letra D.

A alternativa A está incorreta. A Organização das Nações Unidas (ONU) é a entidade internacional responsável pela coordenação do sistema global (ou universal) de Direitos Humanos. Criada em 1945, meses após o término da Segunda Guerra Mundial, com a assinatura da Carta das Nações Unidas, objetivou a defesa dos Direitos Humanos, o respeito à autodeterminação dos povos e a solidariedade nacional, através do fomento da paz entre as nações, cooperação com o desenvolvimento sustentável, bem como o monitoramento do cumprimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Por outro lado, há, atualmente, três sistemas regionais, quais sejam: o Sistema Europeu, o Sistema Americano e o Sistema Africano. Além disso, há um incipiente Sistema Árabe e proposta para a criação de um Sistema Asiático, porém, para nossa prova eles são irrelevantes. Não há uma correlação direta entre Sistema Global e proteção de todos os indivíduos, genericamente e normas de caráter específico, direcionadas à proteção de grupos específicos, cabendo aos sistemas regionais. No âmbito do Sistema Global temos a Declaração Universal de Direitos Humanos, norma de proteção geral, e Declaração Universal dos Direitos da Criança, norma de Proteção Especial. Já no Sistema Regional temos a Convenção Americana de Direitos Humanos, norma de proteção geral, e a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher, por exemplo.

A alternativa B está incorreta. As recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que são elaboradas após a investigação de denúncias de violações de direitos humanos, não têm caráter vinculante no sentido jurídico estrito.

A alternativa C está incorreta. Estabelece o artigo 62.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos que “Todo Estado-Parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação desta Convenção ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece como obrigatória, de pleno direito e sem convenção especial, a competência da Corte em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação desta Convenção.” Além disso, o artigo 63 da CADH estabelece que “1. Quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegido nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada. 2. Em casos de extrema gravidade e urgência, e quando se fizer necessário evitar danos irreparáveis às pessoas, a Corte, nos assuntos de que estiver conhecendo, poderá tomar as medidas provisórias que considerar pertinentes. Se se tratar de assuntos que ainda não estiverem submetidos ao seu conhecimento, poderá atuar a pedido da Comissão.” Assim, embora a Corte IDH tenha autoridade para determinar reparação e indenizações por danos morais e materiais às vítimas de violações de direitos humanos, ela não tem poder de impor coerção punitiva aos Estados.

A alternativa D está correta. A proteção convencional de direitos humanos baseia-se em tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, criando obrigações legais para os Estados. Envolve órgãos de supervisão que monitoram e asseguram a adesão a esses tratados. Por outro lado, a proteção não convencional não se fundamenta em tratados, mas em mecanismos informais como diplomacia, ativismo e pressão de ONGs, exercendo influência moral e política para promover os direitos humanos. Em certa medida, pode-se dizer que o procedimento não convencional é o acionado em caso de violação de direitos humanos por país não signatário de tratados internacionais.

A alternativa E está incorreta. Não há primazia, os sistemas internacionais e regionais são complementares.

## **QUESTÃO 51. Na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem é**

a) assegurado os direitos morais e patrimoniais de invenção, obras literárias, científicas ou artísticas.

b) assegurado o direito de toda pessoa à educação, sendo garantido a instrução gratuita do ensino primário e secundário.

c) estabelecido o dever de educação e assistência dos pais para os com os filhos menores e, ainda que maiores, se presentes qualquer causa que impossibilite a própria subsistência.

d) estabelecido o direito ao sufrágio e de participação no governo, bem como, a faculdade de votar.

e) vedada a prisão por dívida, com exceção da decorrente de inadimplência de prestação alimentícia e do depositário infiel

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Artigo XIII. Toda pessoa tem direito de tomar parte na vida cultural da coletividade, de gozar das artes e de desfrutar dos benefícios resultantes do progresso intelectual e, especialmente, das descobertas científicas.

Tem o direito, outrossim, de ser protegida em seus interesses morais e materiais, no que se refere às invenções, obras literárias, científicas ou artísticas de sua autoria

A alternativa B está incorreta. Assegura-se, ao menos, a educação primária. Artigo XII. Toda pessoa tem direito à educação, que deve inspirar-se nos princípios de liberdade, moralidade e solidariedade humana. Tem, outrossim, direito a que, por meio dessa educação, lhe seja proporcionado o preparo para subsistir de uma maneira digna, para melhorar o seu nível de vida e para poder ser útil à sociedade. O direito à educação compreende o de igualdade de oportunidade em todos os casos, de acordo com os dons naturais, os méritos e o desejo de aproveitar os recursos que possam proporcionar a coletividade e o Estado. Toda pessoa tem o direito de que lhe seja ministrada gratuitamente, pelo menos, a instrução primária.

A alternativa C está incorreta. Não há essa previsão.

A alternativa D está incorreta. O voto é um dever. Artigo XXXII. Toda pessoa tem o dever de votar nas eleições populares do país de que for nacional, quando estiver legalmente habilitada para isso.

A alternativa E está incorreta. Não se trata da prisão civil. Embora saibamos que a Convenção Americana de Direitos Humanos, outra norma internacional, em seu Artigo 7.7 estabeleça que “7. Ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.”

**QUESTÃO 52. Considerando o Código de Conduta para os Funcionários responsáveis pela aplicação da Lei, adotado pela ONU, através da Resolução no 34/169, assinale a alternativa correta.**

a) Proíbe o uso de algemas na abordagem policial, excetuadas situações para preservação da ordem pública e segurança própria e de terceiros, além da do próprio detido.

b) Proíbe o uso de arma de fogo na abordagem policial, excetuadas situações para assegurar a legítima defesa própria ou de terceiros.

**c) Impõe o dever de adoção de medidas imediatas para assegurar cuidados médicos a pessoas que estão sob a guarda.**

**d) Impõe o dever de assegurar às pessoas que estão sob a guarda o direito de professarem a fé, desde que não impliquem risco à ordem pública e à segurança.**

**e) Proíbe a exposição midiática na abordagem policial, sobretudo de pessoa detida, para preservação da intimidade e imagem da pessoa sob a guarda do funcionário**

#### **Comentários.**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não há essa previsão na Resolução n. 34/169.

A alternativa B está incorreta. Não há tal proibição. Todavia, o artigo 3º e seu comentário afirmam que “Artigo 3º Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever - Comentário - O emprego da força por parte dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei deve ser excepcional. Embora se admita que estes funcionários, de acordo com as circunstâncias, possam empregar uma força razoável, de nenhuma maneira ela poderá ser utilizada de forma desproporcional ao legítimo objetivo a ser atingido. O emprego de armas de fogo é considerado uma medida extrema; deve-se fazer todos os esforços no sentido de restringir seu uso, especialmente contra crianças. Em geral, armas de fogo só deveriam ser utilizadas quando um suspeito oferece resistência armada ou, de algum outro modo, põe em risco vidas alheias e medidas menos drásticas são insuficientes para dominá-lo. Toda vez que uma arma de fogo for disparada, deve-se fazer imediatamente um relatório às autoridades competentes.”

A alternativa C está correta. Artigo 6º Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem garantir a proteção da saúde de todas as pessoas sob sua guarda e, em especial, devem adotar medidas imediatas para assegurar-lhes cuidados médicos, sempre que necessário.

A alternativa D está incorreta. A resolução não trata do tema.

A alternativa E está incorreta. A resolução também não trata deste tema.

#### **QUESTÃO 53. Tendo em conta as Regras de Bangkok, assinale a alternativa correta.**

**a) Prevê a obrigatoriedade da detenta mulher permanecer em estabelecimento prisional próximo à família, se tiver filhos menores.**

**b) Prevê a possibilidade de suspensão da detenção por tempo razoável, a fim de que a detenta responsável pela guarda de crianças possa organizar-se com relação a ela.**

**c) É o instrumento internacional regulatório das condições e tratamento das detentas mulheres e substitui, por ser específico, o instrumento internacional de regras mínimas de tratamento aos reclusos.**

**d) Prevê que o atendimento médico à detenta deverá ser prestado obrigatoriamente por médica mulher.**

**e) Proíbe a revista íntima invasiva, que deve ser substituída por escâneres, sendo certo que a revista pessoal dar-se-á, preferencialmente, por profissional mulher.**

#### **Comentários.**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há esta diferenciação entre mulher com filhos ou sem nas Regras de Bangkok. Regra 58 - Considerando as provisões da regra 2.3 das Regras de Tóquio, mulheres infratoras não deverão ser separadas de suas famílias e comunidades sem que se considere devidamente a sua história e laços familiares. Formas alternativas de lidar com mulheres infratoras, tais como medidas despenalizadoras e alternativas à prisão, inclusive à prisão cautelar, deverão ser empregadas sempre que apropriado e possível.

A alternativa B está correta. Regra 2 - “2. Antes ou no momento de seu ingresso, deverá ser permitido às mulheres responsáveis pela guarda de crianças tomar as providências necessárias em relação a elas, incluindo a possibilidade de suspender por um período razoável a medida privativa de liberdade, levando em consideração o melhor interesse das crianças.”

A alternativa C está incorreta. São complementares às normativas internacionais de proteção de direitos humanos.

A alternativa D está incorreta. O atendimento por médica mulher será prestado na medida do possível. Regra 10.2 “2. Se uma mulher presa solicitar ser examinada ou tratada por uma médica ou enfermeira, o pedido será atendido na medida do possível, exceto em situações que exijam intervenção médica urgente. Se um médico conduzir o exame, de forma contrária à vontade da mulher presa, uma funcionária deverá estar presente durante o exame.

A alternativa E está incorreta. A revista pessoal deverá ser realizada por mulheres que estejam preparadas. Vejam-se as regras 19 e 20. “Regra 19 - Medidas efetivas deverão ser tomadas para assegurar a dignidade e o respeito às mulheres presas durante as revistas pessoais, as quais deverão ser conduzidas apenas por funcionárias que tenham sido devidamente treinadas em métodos adequados e em conformidade com procedimentos estabelecidos. Regra 20. “Deverão ser desenvolvidos outros métodos de inspeção, tais como escâneres, para substituir revistas íntimas e revistas corporais invasivas, de modo a evitar os danos psicológicos e possíveis impactos físicos dessas inspeções corporais invasivas.”

#### **QUESTÃO 54. A Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura**

**a) define como tratamento desumano ou degradante a aplicação de métodos que tendem a diminuir a capacidade física ou mental da vítima, desde que cause dor física e angústia psíquica.**

**b) prevê expressamente aos Estados-membros a obrigatoriedade de tipificarem o delito de tortura como crime hediondo, sem possibilidade de anistia, graça ou indulto.**

**c) define como atos de torturas apenas sofrimentos físicos infligidos intencionalmente contra uma pessoa, com o fim específico de buscar confissão ou declarações em investigação criminal.**

**d) prevê expressamente aos Estados-membros a obrigatoriedade de incluir na formação dos profissionais responsáveis pela segurança pública curso de prevenção e combate à prática de tortura.**

**e) prevê expressamente que não estão compreendidos no conceito de tortura as penas ou sofrimentos físicos ou mentais que sejam unicamente consequências de medidas legais ou inerentes a elas, contanto que não incluam a realização dos atos ou a aplicação dos métodos definidos como tal.**

#### **Comentários.**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Não há essa previsão específica definindo especificamente o que é tratamento desumano ou degradante.

A alternativa B está incorreta. Não há essa estipulação obrigando aos Estados tipificar o delito de tortura como hediondo.

A alternativa C está incorreta. Tortura é o ato que causa sofrimento físico ou mental. Vejamos o Artigo 2 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura. “Artigo 2 - Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica. Não estarão compreendidos no conceito de tortura as penas ou sofrimentos físicos ou mentais que sejam unicamente consequência de medidas legais ou inerentes a elas, contanto que não incluam a realização dos atos ou a aplicação dos métodos a que se refere este artigo.”

A alternativa D está incorreta. Não há esta obrigação de oferecimento de cursos específicos. Artigo 7 - Os Estados Partes tomarão medidas para que, no treinamento de agentes de polícia e de outros funcionários públicos responsáveis pela custódia de pessoas privadas de liberdade, provisória ou definitivamente, e nos interrogatórios, detenções ou prisões, se ressalte de maneira especial a proibição do emprego da tortura.

Os Estados Partes tomarão também medidas semelhantes para evitar outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

A alternativa E está correta. Parte final do Artigo 2 - Não estarão compreendidos no conceito de tortura as penas ou sofrimentos físicos ou mentais que sejam unicamente consequência de medidas legais ou inerentes a elas, contanto que não incluam a realização dos atos ou a aplicação dos métodos a que se refere este artigo.

#### **QUESTÃO 55. A Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às vítimas da criminalidade e de abuso de poder**

**a) restringe a condição de vítima às pessoas que, individualmente ou coletivamente, sofreram graves ataques a direitos fundamentais.**

**b) estende a condição de vítima à família próxima ou a pessoas a cargo da vítima bem como às pessoas que eventualmente sofram prejuízo ao intervirem em prol da vítima.**

**c) restringe a condição de vítima a pessoa que, individualmente, sofreu graves ataques a direitos fundamentais que impliquem sofrimento físico.**

**d) exclui do âmbito de proteção ataques e agressões praticados em âmbito doméstico, entre pessoas com relação de parentesco, que contam com instrumento internacional próprio.**

**e) fixa a obrigatoriedade ao Estado de reparar as vítimas pelos danos sofridos decorrentes de graves violações a direitos fundamentais, sempre que não for possível a reparação pelo autor do fato.**

#### **Comentários.**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O conceito de vítima adotado pela Declaração é ampliativo e não restritivo. Veja-se o item 1 do Anexo “1. Entendem-se por "vítimas" as pessoas que, individual ou coletivamente tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física e um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis vigor num Estado membro, incluindo as que proibem o abuso de poder.”

A alternativa B está correta. Conforme o item 2 do Anexo “2. Uma pessoa pode ser considerada como "vitima", no quadro da Declaração, quer o autor seja ou não identificado, preso, processado ou declarado culpado, e qualquer que sejam os laços de parentesco deste com a vítima. O termo vítima, inclui, conforme o caso, a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimização.”

A alternativa C está incorreta. Mais uma vez, o conceito não é restritivo.

A alternativa D está incorreta. Considerando que para a Declaração os atos ou omissões violadores devem estar relacionados aos atos ou omissões estatais. Assim, é possível que a omissão estatal quanto à agressão no âmbito doméstico, implique em tortura.

A alternativa E está incorreta. A reparação por parte do autor da tortura não implica em suprimir o dever do Estado de também efetuar a reparação.

**QUESTÃO 56. Para efeitos da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, assinale a alternativa correta.**

**a) O racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial.**

**b) A intolerância é definida com um ato ou conjunto de atos, manifestada exclusivamente através de violência, em rejeição ou desprezo à dignidade, característica, convicções ou opiniões de pessoas por serem diferentes ou contrárias.**

**c) A discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, praticada com o propósito específico de anular ou restringir o gozo ou exercício de um ou mais direitos humanos consagrados nos instrumentos legislativos dos Estados-Partes, podendo se basear, de forma taxativa e enumerativa, em raça, cor, origem nacional e ética.**

**d) As medidas de ação afirmativa são de competência exclusiva dos agentes públicos e têm por finalidade assegurar o gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais de grupos que requeiram essa proteção, não podendo caracterizar discriminação racial.**

**e) A discriminação racial indireta é modalidade praticada exclusivamente em âmbito público, por agentes públicos, mediante a adoção de critério aparentemente neutro que tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico.**

**Comentários.**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trás o exato conceito da Convenção no Artigo 1.4. “Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial. O racismo ocasiona desigualdades raciais e a noção de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificadas. Toda teoria, doutrina, ideologia e conjunto de ideias racistas descritas neste Artigo são cientificamente falsas, moralmente censuráveis, socialmente injustas e contrárias aos princípios fundamentais do Direito Internacional e, portanto, perturbam gravemente a paz e a segurança internacional, sendo, dessa maneira, condenadas pelos Estados Partes.”

A alternativa B está incorreta. A intolerância não se manifesta exclusivamente pela violência. Vejamos o artigo 1.6. “6. Intolerância é um ato ou conjunto de atos ou manifestações que denotam desrespeito, rejeição ou desprezo à dignidade, características, convicções ou opiniões de pessoas por serem diferentes ou contrárias. Pode manifestar-se como a marginalização e a exclusão de grupos em condições de vulnerabilidade da participação em qualquer esfera da vida pública ou privada ou como violência contra esses grupos.”

A alternativa C está incorreta. A base para discriminação não é taxativa, nem, muito menos, enumerativa. Vejamos o artigo 1.1. “1. Discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes. A discriminação racial pode basear-se em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica.”

A alternativa D está incorreta. O Artigo 5 da Convenção não prevê que seja a competência para as ações afirmativas sejam exclusivas dos Estados. Apenas dá um direcionamento da atitude de enfrentamento para os Estados. “Artigo 5 - Os Estados Partes comprometem-se a adotar as políticas especiais e ações afirmativas necessárias para assegurar o gozo ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas ou grupos sujeitos ao racismo, à discriminação racial e formas correlatas de intolerância, com o propósito de promover condições equitativas para a igualdade de oportunidades, inclusão e progresso para essas pessoas ou grupos. Tais medidas ou políticas não serão consideradas discriminatórias ou incompatíveis com o propósito ou objeto desta Convenção, não resultarão na manutenção de direitos separados para grupos distintos e não se estenderão além de um período razoável ou após terem alcançado seu objetivo.”

A alternativa E está incorreta. A discriminação racial indireta poderá ocorrer em qualquer âmbito da vida pública ou privada. Vejamos. “Artigo 1.2. Discriminação racial indireta é aquela que ocorre, em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico, com base nas razões estabelecidas no Artigo 1.1, ou as coloca em desvantagem, a menos que esse dispositivo, prática ou critério tenha um objetivo ou justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos.”

**QUESTÃO 57. A respeito da Lei no 14.187/2010, que dispõe sobre as penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de discriminação racial, assinale a alternativa correta.**

a) Prevê que a prática de ato discriminatório será apurada em processo administrativo, iniciado por reclamação do ofendido ou por relato de pessoa que tenha ciência do ato perante a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, vedada a instauração, de ofício.

b) Estabelece as penalidades de suspensão, demissão e demissão a bem do serviço público a agentes públicos que praticarem atos discriminatórios, a depender do ato.

c) Obriga pessoas jurídicas que exerçam atividades sujeitas a autorização ou fiscalização de órgão público estadual a afixar avisos, em pontos de ampla visibilidade, a fim de se assegurar o conhecimento da lei, sob pena de multa e suspensão da licença estadual, pelo prazo de até 90 dias.

d) Possibilita que a reclamação do ofendido ou o relato de ato discriminatório por qualquer pessoa seja feito de forma eletrônica.

e) É aplicável apenas a agentes que exerçam função pública ou a pessoas jurídicas que exerçam atividades sujeitas a autorização ou fiscalização de órgão público estadual.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A Lei Estadual de São Paulo 14.187/2010, não veda a instauração de ofício de processo administrativo que apure ato discriminatório. Vejamos. Artigo 3º - A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante: I - reclamação do ofendido ou de seu representante legal, ou ainda de qualquer pessoa que tenha ciência do ato discriminatório; II - ato ou ofício de autoridade competente.

A alternativa B está incorreta. A lei não estabelece as penalidades, apenas remete à legislação pertinente, conforme artigo 6º, parágrafo 1º - “§ 1º - Quando a infração for cometida por agente público, servidor público ou militar, no exercício de suas funções, sem prejuízo das sanções previstas nos incisos I a III deste artigo, serão aplicadas as penalidades disciplinares cominadas na legislação pertinente.”

A alternativa C está incorreta. Existe a obrigação de afixar avisos, mas não há este prazo de 90 dias, nem pena de suspensão da licença estadual, apenas multa. Conforme artigo 2º-A. Vejamos. Artigo 2º-A - É obrigatória a afixação de avisos nos ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, em pontos de ampla visibilidade, a fim de se assegurar o conhecimento da presente lei para garantir o disposto no artigo 1º. (NR) § 1º - Os avisos de que trata o ‘caput’ deste artigo devem ser exibidos na forma de cartaz, placa ou plaqueta com os seguintes dizeres: ‘Lei Estadual nº 14.187/2010 pune administrativamente os atos de discriminação racial no Estado de São Paulo. DENUNCIE’. (NR) § 2º - Para os fins desta lei, a expressão ‘ambientes de uso coletivo’ compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, estudo, cultura, culto religioso, lazer, esporte ou entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, estádios de futebol, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias, drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, inclusive veículos sobre trilhos, embarcações e aeronaves, quando em território paulista, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis. (NR) § 3º - O descumprimento deste artigo acarretará, ao proprietário ou responsável pelo estabelecimento ou meio de transporte coletivo, multa de 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESP). (NR) - Artigo 2º-A acrescentado pela Lei nº 16.762, de 11/06/2018.

A alternativa D está correta. Há disposição expressa no artigo 4º, parágrafo 2º, neste sentido. Observe. Artigo 4º - Aquele que for vítima da discriminação, seu representante legal ou quem tenha presenciado os atos a que se refere o artigo 2º desta lei poderá relatá-los à Secretaria da Justiça e da Defesa da

Cidadania. (...) § 2º - A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - "internet" da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

A alternativa E está incorreta. A lei determina obrigações tanto para agentes públicos e entidades públicas, como para particulares. Veja-se o conteúdo do artigo 2º-A acima e do artigo 6º da Lei Estadual - Artigo 6º - As sanções aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação nos termos desta lei serão as seguintes: I - advertência; II - multa de até 1.000 UFESPs (mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo); III - multa de até 3.000 UFESPs (três mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), em caso de reincidência; IV - suspensão da licença estadual para funcionamento por 30 (trinta) dias; V - cassação da licença estadual para funcionamento.

**QUESTÃO 58. Considerando o Protocolo de Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças (Decreto 5.071/2004), assinale a alternativa correta.**

**a) Há expressa previsão da irrelevância de consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas, pela presunção absoluta de vulnerabilidade, mesmo que não obtido por meio de ameaça e uso da força.**

**b) Há expressa previsão de sua aplicabilidade para a prevenção e o combate às infrações nele previstas, independentemente do caráter transnacional ou do envolvimento de grupos criminosos organizados.**

**c) Há expressa determinação de que os Estados-Partes tipifiquem penalmente o tráfico de pessoas, com expressa menção à modalidade tentada.**

**d) O termo criança é definido como qualquer pessoa com idade inferior a 12 anos.**

**e) O recrutamento de pessoas, adultas ou crianças, para fins de exploração, é considerado tráfico de pessoas, desde que haja o emprego de ameaça, uso da força, ou qualquer outra forma de coação ou engano.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Quando não utilizada ameaça e uso da força, o consentimento da vítima torna-se irrelevante se houver outras formas de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou outras situações de vulnerabilidade, como entrega ou aceitação de pagamento. Vejamos o Artigo 3, alíneas A e B, do protocolo. "Artigo 3 - Definições - Para efeitos do presente Protocolo: a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos; b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);

A alternativa B está incorreta. O âmbito de aplicação exige natureza transnacional. "Artigo 4 - Âmbito de aplicação - O presente Protocolo aplicar-se-á, salvo disposição em contrário, à prevenção, investigação e repressão das infrações estabelecidas em conformidade com o Artigo 5 do presente

Protocolo, quando essas infrações forem de natureza transnacional e envolverem grupo criminoso organizado, bem como à proteção das vítimas dessas infrações.

A alternativa C está correta. O protocolo estabelece que a tipificação penal deve incluir a tentativa. “Artigo 5 - Criminalização - 1. Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias de forma a estabelecer como infrações penais os atos descritos no Artigo 3 do presente Protocolo, quando tenham sido praticados intencionalmente. 2. Cada Estado Parte adotará igualmente as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infrações penais: a) Sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, a tentativa de cometer uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo; b) A participação como cúmplice numa infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo; e c) Organizar a prática de uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo ou dar instruções a outras pessoas para que a pratiquem.

A alternativa D está incorreta. Não há esta definição no Protocolo. Ademais, no âmbito internacional não se faz a distinção entre crianças (menos de 12 anos) e adolescentes (entre 12 a 18). Crianças, para o Direito Internacional, são os menores de 18 anos. Veja-se o Artigo 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança - “Para efeito da presente Convenção, considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.”

A alternativa E está incorreta. Ver comentário da letra A.

**QUESTÃO 59. Considere que a Administração Pública identificou que um grupo de pessoas esbulhou um terreno de sua propriedade, para, com fins comerciais, realizar a venda de terrenos de forma irregular. Após identificar a prática do ilícito e logo após a invasão, João, a autoridade pública local responsável pela gestão do patrimônio imobiliário, dirigiu-se até a Delegacia de Polícia, buscando apoio policial para a adoção das providências adequadas. Na ocasião, conversou com o Delegado sobre o regime de proteção dos bens públicos e os limites das medidas que poderiam ser adotados pelo Estado na proteção do seu patrimônio. O Delegado poderá afirmar a João, de forma correta, que**

**a) é preciso que a Administração adote as medidas necessárias para a reintegração da posse, pois, caso preenchidos os pressupostos legais, os compradores dos lotes poderão adquirir a sua propriedade mediante a usucapião extraordinária.**

**b) caso preenchidos os requisitos previstos no Código Civil, o Superior Tribunal de Justiça tem admitido a realização do desforço imediato e permitido o uso de força policial para a execução da medida pela Administração.**

**c) caso os imóveis venham a ser comercializados e seja realizada a venda dos bens para pessoas que venham a fixar as suas residências, a Administração deverá indenizá-las pelas benfeitorias necessárias que venham a, eventualmente, realizar.**

**d) na hipótese de a Administração reaver a posse do bem, os compradores das unidades imobiliárias poderão utilizar ações possessórias para a reintegração da posse, caso demonstrem terem as adquirido de boa-fé.**

**e) o desforço imediato não pode ser utilizado pela Administração e, conseqüentemente, as forças policiais não podem ser utilizadas na execução de medida dessa natureza, pois os bens públicos possuem um regime jurídico próprio e a eles não se aplicam as disposições do Código Civil.**

**Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Os bens públicos não poderão ser adquiridos por usucapião. De acordo com art. 102 do CC/02: “Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.”

A alternativa B está correta. De acordo com Enunciado 2 da I Jornada de Direito Administrativo – CJF: “Enunciado 2. O administrador público está autorizado por lei a valer-se do desforço imediato sem necessidade de autorização judicial, solicitando, se necessário, força policial, contanto que o faça preventivamente ou logo após a invasão ou ocupação de imóvel público de uso especial, comum ou dominical, e não vá além do indispensável à manutenção ou restituição da posse (art. 37 da Constituição Federal; art. 1.210, § 1, do Código Civil; art. 79, § 2º, do Decreto-Lei n. 9.760/1946; e art. 11 da Lei n. 9.636/1998).”

A alternativa C está incorreta. Não há de se falar em indenização. De acordo com Súmula 619 do STJ: “A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.”

A alternativa D está incorreta. Não fica configurada a posse, mas, sim, a mera detenção, conforme Súmula 619 do STJ: “A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com Enunciado 2 da I Jornada de Direito Administrativo – CJF, transcrito na justificativa da alternativa B, o administrador público poderá, sim, se valer do desforço imediato.

**QUESTÃO 60. A respeito do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, assinale a alternativa correta.**

**a) O princípio autoriza a violação a direitos constitucionais fundamentais, sempre que a adoção da medida atender melhor, segundo o juízo do agente público, ao interesse coletivo.**

**b) Está expressamente previsto na Constituição Federal e autoriza que o gestor público atue sem prévia autorização legal, quando a medida atender de forma mais adequada aos interesses do Estado.**

**c) É considerado, por parte da doutrina dominante, como base central do regime jurídico-administrativo, não havendo obras que atestem ter havido uma remodelação de seu conteúdo com a constitucionalização do Direito Administrativo.**

**d) A sua aplicação não admite a ponderação com outros princípios constitucionais, por se tratar da base do regime jurídico-administrativo.**

**e) A decisão administrativa tomada com base no princípio deve levar em consideração as suas consequências práticas e a sua motivação comprovar a observância do princípio da proporcionalidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com doutrina do professor Rafael Rezende Oliveira: “É inadmissível a fundamentação da atuação estatal em um abstrato e indecifrável interesse público (“razões de estado”), típico de atuações arbitrárias. A juridicidade dos atos estatais deve ser auferida à luz da ordem jurídica, notadamente dos princípios norteadores da atividade administrativa e dos direitos fundamentais. Com isso, cresce a importância da motivação e justificação das atuações

administrativas.” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 115).

A alternativa B está incorreta. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado não está expresso em nenhum dispositivo da Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. De acordo com doutrina do professor Rafael Rezende Oliveira: “Atualmente, no entanto, com a relativização da dicotomia público x privado, a democratização da defesa do interesse público e a complexidade (heterogeneidade) da sociedade atual, entre outros fatores, vêm ganhando força a ideia de “desconstrução” do princípio da supremacia do interesse público em abstrato. Parcela da doutrina sustenta a inexistência de supremacia abstrata do interesse público sobre o privado, exigindo a ponderação de interesses para resolver eventual conflito, especialmente pelos seguintes argumentos: a) o texto constitucional, em diversas passagens, partindo da dignidade da pessoa humana, protege a esfera individual (ex.: arts. 1.º, 5.º etc.), não sendo lícito afirmar, a partir da interpretação sistemática das normas constitucionais, a existência de uma prevalência em favor do interesse público; b) indeterminabilidade abstrata e objetiva do “interesse público”, o que contraria premissas decorrentes da ideia de segurança jurídica; c) o interesse público é indissociável do interesse privado, uma vez que ambos são consagrados na Constituição e os elementos privados estariam incluídos nas finalidades do Estado, como se percebe, v.g., a partir da leitura do preâmbulo e dos direitos fundamentais; e d) incompatibilidade da supremacia do interesse público com postulados normativos consagrados no texto constitucional, notadamente os postulados da proporcionalidade e da concordância prática.” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 114).

A alternativa D está incorreta. De acordo com doutrina do professor Rafael Rezende Oliveira: “O conceito de interesse público não necessariamente se opõe ao de interesse privado. A aproximação entre Estado e sociedade demonstra bem isso, notadamente quando se verifica que a atuação do Poder Público deve pautar-se pela defesa e promoção dos direitos fundamentais e, obviamente, pelo respeito à dignidade humana. A promoção estatal dos direitos fundamentais representa a satisfação das finalidades públicas estabelecidas pela própria Constituição. [...] A solução ou, ao menos, a sinalização para resolver eventuais colisões entre interesses públicos e interesses privados pode ser estabelecida a priori, quando possível, pela própria legislação, que já procederia a uma ponderação abstrata, estabelecendo os “parâmetros preferenciais” (ex.: o art. 60, § 4.º, IV, da CRFB retira das opções políticas as propostas de emendas constitucionais tendentes a abolir os direitos e garantias fundamentais; o art. 5.º, alínea “h”, do Decreto-lei 3.365/1941 autoriza o Poder Público a desapropriar, por utilidade pública, a propriedade privada para a exploração ou a conservação dos serviços públicos). Essa ponderação, realizada democraticamente pelo legislador, orientaria e pautaria a interpretação judicial e administrativa. [...] Portanto, não existe um interesse público único, estático e abstrato, mas sim finalidades públicas normativamente elencadas que não estão necessariamente em confronto com os interesses privados, razão pela qual seria mais adequado falar em “princípio da finalidade pública”, em vez do tradicional “princípio da supremacia do interesse público”, o que reforça a ideia de que a atuação estatal deve sempre estar apoiada em finalidades públicas, não egoístas, estabelecidas no ordenamento jurídico. A atuação do Poder Público não pode ser pautada pela supremacia do interesse público, mas, sim, pela ponderação e máxima realização dos interesses envolvidos.” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 115-116).

A alternativa E está correta. De acordo com art. 20 da LINDB: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a

necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”

**QUESTÃO 61. A respeito da probidade administrativa, com base na Lei nº 8.429/92 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que**

**a) a obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização.**

**b) por ter o legislador estendido os princípios do direito administrativo sancionador às ações de improbidade administrativa, as regras de prescrição intercorrente, previstas na Lei nº 14.230/21, se aplicam aos processos em curso, quando benéficas aos réus.**

**c) a nova Lei nº 14.230/2021 não se aplica aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior com processo ainda não transitado em julgado.**

**d) celebrado o acordo de colaboração premiada, a documentação pertinente será remetida ao juiz, que presumirá a ausência de voluntariedade da manifestação de vontade nos casos em que o colaborador está sob os efeitos de medidas cautelares.**

**e) a celebração de acordo de colaboração premiada somente pode ser considerada válida a partir de modificações na Lei nº 8.429/92, que autorizaram expressamente transações em ações dessa natureza.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com Tema 1043 de Repercussão Geral, fixado pelo STF no julgamento do ARE 1175650: “É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, observando-se as seguintes diretrizes: (1) Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013; (2) As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade; (3) A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização; (4) O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência da pessoa jurídica interessada e devidamente homologado pela autoridade judicial; (5) Os acordos já firmados somente pelo Ministério Público ficam preservados até a data deste julgamento, desde que haja previsão de total ressarcimento do dano, tenham sido devidamente homologados em Juízo e regularmente cumpridos pelo beneficiado.” (ARE 1.175.650/PR, relator Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 30.6.2023).

Utilizando como base a mesma tese de repercussão geral acima mencionada, as alternativas D e E ficam incorretas.

As alternativas B e C estão incorretas. De acordo com Tema 1199 de Repercussão Geral, fixado pelo STF no julgamento do ARE 843989: “1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.”

**QUESTÃO 62. Considere que Mário é policial civil e, segundo seus colegas, tem adotado desculpas para não participar de diligências externas, necessárias ao cumprimento de suas obrigações. Na última semana, o delegado responsável pela unidade constatou que o policial teria simulado uma doença para se esquivar do cumprimento de suas obrigações. Com base na Lei Complementar nº 207/1979, é correto afirmar que**

**a) caso a conduta tenha sido praticada de forma dolosa ou culposa, Mário estará sujeito a pena de suspensão, que deverá ser aplicada pelo Secretário de Segurança Pública.**

**b) Mário estará sujeito a pena de demissão a bem do serviço público, que deverá ser aplicada pelo Secretário de Segurança Pública.**

**c) a punibilidade de Mário será extinta pela prescrição, no prazo de cinco anos, a contar da data em que a Administração tomou conhecimento de sua prática.**

**d) por se tratar de policial civil, Mário está sujeito à pena de remoção compulsória, que poderá ser de forma cumulada com a pena de repreensão, multa ou suspensão.**

**e) caso Mário seja infrator primário, a pena a ser aplicada pode ser de advertência, que deverá ser escrita e contará pontos negativos na avaliação de desempenho.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com artigo 63, VIII, da LC 207/79, o ato praticado por Mário configura transgressão disciplinar: “Artigo 63- São transgressões disciplinares: VIII - simular doença para esquivar-se ao cumprimento de obrigação;”

Ademais, em regra, a pena para atos de transgressão disciplinar será de repreensão, sendo aplicada a suspensão apenas no caso de o agente ter praticado a transgressão de maneira dolosa ou de má fé. É o que dispõem os artigos 72 e 73 da LC 207/79: “Artigo 72 - A pena de repreensão será aplicada por escrito, no caso de transgressão disciplinar, sendo o infrator primário e na reincidência de falta de cumprimento dos deveres. Parágrafo único - A pena de repreensão poderá ser transformada em advertência, aplicada por escrito e sem publicidade. Artigo 73 - A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada nos casos de: I - descumprimento dos deveres e transgressão disciplinar, ocorrendo dolo ou má fé; II - reincidência em falta já punida com repreensão.”

A alternativa B está incorreta. Conforme mencionado na alternativa A, Mário fica sujeito às penas de repreensão ou suspensão, dependendo do caso.

Ademais, a pena de demissão a bem do serviço somente será aplicada nos casos do artigo 75 da LC 207/79: “Artigo 75 - Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público, nos casos de: I - conduzir-se com incontinência pública e escandalosa e praticar Jogos proibidos; II - praticar ato definido como crime contra a Administração Pública, a Fé Pública e a Fazenda Pública ou previsto na Lei de Segurança Nacional; III - revelar dolosamente segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função, com prejuízo para o Estado ou particulares; IV - praticar ofensas físicas contra funcionários, servidores ou particulares, salvo em legítima defesa; V - causar lesão dolosa ao patrimônio ou aos cofres públicos; VI - exigir, receber ou solicitar vantagem indevida, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções, mas em razão destas; VII - provocar movimento de paralisação total ou parcial do serviço policial ou outro qualquer serviço, ou dele participar; VIII - pedir ou aceitar empréstimo de dinheiro ou valor de pessoas que tratem de interesses ou os tenham na repartição, ou estejam sujeitos à sua fiscalização; IX - exercer advocacia administrativa; X - praticar ato definido como crime hediondo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo; XI - praticar ato definido como crime contra o Sistema Financeiro, ou de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores; XII - praticar ato definido em lei como de improbidade.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com artigos 80, I e § 1º, da LC 207/79: “Artigo 80 - Extingue-se a punibilidade pela prescrição: I - da falta sujeita à pena de advertência, repreensão, multa ou suspensão, em 2 (dois) anos; (...) § 1º - A prescrição começa a correr: 1 - do dia em que a falta for cometida; 2 - do dia em que tenha cessado a continuação ou a permanência, nas faltas continuadas ou permanentes.”

A alternativa D está correta. De acordo com artigos 67 e 68 da LC 207/79: “Artigo 67 - São penas disciplinares principais: I - advertência; II - repreensão; III - multa; IV - suspensão; V - demissão; VI - demissão a bem do serviço público;”; “Artigo 68 - Constitui pena disciplinar a remoção compulsória, que poderá ser aplicada cumulativamente com as penas previstas nos incisos II, III e IV do artigo anterior quando em razão da falta cometida houver conveniência nesse afastamento para o serviço policial.”

A alternativa E está incorreta. A aplicação da pena de advertência será verbal, e não escrita. De acordo com artigo 71 da LC 207/79: “Artigo 71 - A pena de advertência será aplicada verbalmente, no caso de falta de cumprimento dos deveres, ao infrator primário.”

**QUESTÃO 63. Considere que três veículos automotores, vinculados a uma delegacia de polícia e que são utilizados como viaturas, precisam passar pelo serviço de manutenção.**

**Por determinação da Secretaria de Segurança do Estado X, as contratações de serviços dessa natureza serão concentradas na própria Delegacia. Após a obtenção de alguns orçamentos, observou-se que o serviço teria um custo estimado em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).**

**Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que**

**a) a contratação não poderá ser feita por dispensa de licitação, pois precisaria envolver valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).**

**b) a legislação autoriza a dispensa de licitação para essa hipótese, mas prescreve que o contratado e o agente público estarão sujeitos à responsabilidade solidária por dano ao erário, caso a contratação seja considerada indevida por dolo, fraude ou erro grosseiro.**

**c) o serviço de manutenção de equipamentos vinculados à segurança pública conta com hipótese específica de dispensa de licitação, devendo o processo de contratação prever, dentre outros requisitos, a justificativa da contratação da empresa.**

**d) o serviço deverá ser contratado por pregão eletrônico, que terá como pregoeiro um servidor público estável.**

**e) por se tratar de contratação de pequeno valor, o processo de contratação direta não precisa contar com parecer jurídico.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A contratação poderá, sim, ser feita mediante dispensa de licitação, pois seu valor é inferior a R\$ 100.000,00. De acordo com art. 75, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 73 da lei 14.133/2021: “Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais.”

A alternativa C está incorreta. Não consta, entre os requisitos para o processo de contratação direta, a “justificativa de contratação da empresa”. Constam, no entanto, a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; a razão da escolha do contratado, e a justificativa de preço. De acordo com art. 72, incisos V, VI e VII da lei 14.133/2021: “Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço;”

A alternativa D está incorreta. A contratação será direta, por dispensa. De acordo com art. 75, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.”

A alternativa E está incorreta. As contratações de pequeno valor são aquelas até R\$ 8.000,00. De acordo com art. 75, § 7º, da lei 14.133/2021: “§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Ademais, segundo art. 72, III, da lei 14.133/2021, deve, sim, haver parecer jurídico: “Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;”

**QUESTÃO 64. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado em função de danos causados por pessoa condenada criminalmente foragida do sistema prisional, é correto afirmar que**

**a) o Estado responde por danos materiais e morais, ante a ocorrência de roubo seguido de morte, quando o agente criminoso vinha cumprindo pena em regime fechado, tendo empreendido fuga, independentemente do momento da prática do ilícito.**

**b) a Corte entende ser subjetiva a responsabilidade civil decorrente de omissão, seja das pessoas jurídicas de direito público ou das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.**

**c) o intervalo entre fato administrativo e o fato típico (morte de um indivíduo) e o surgimento de causas supervenientes independentes (v.g., formação de quadrilha) não contribui para a supressão da relação de causa (evasão do apenado do sistema penal) e efeito (fato criminoso).**

**d) a responsabilidade civil extracontratual do Estado, nessa hipótese, é integral, não admitindo a aplicação de causas excludentes do nexo de causalidade.**

**e) a fuga de presidiário e o cometimento de crime, sem qualquer relação lógica com sua evasão, extirpa o elemento normativo, segundo o qual a responsabilidade civil só se estabelece em relação aos efeitos diretos e imediatos causados pela conduta do agente.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

De acordo com Tema 362, fixado pelo STF no julgamento do RE 608880: “Tema 362 - Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido. Tese: Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.”

Portanto, a fuga de presidiário e o cometimento de crime, sem qualquer relação lógica com sua evasão, extirpa o nexo causal. A responsabilidade civil só se estabelecerá se os efeitos da conduta do agente fossem diretos e imediatos. Logo, correta a alternativa E.

A alternativa A está incorreta. De acordo com Tema 362 do STF, acima transcrito, depende, sim, do momento da prática do ilícito, pois deve haver nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

A alternativa B está incorreta. De acordo com Tema 362 do STF, acima transcrito, a responsabilidade será objetiva, e não subjetiva.

A alternativa C está incorreta. Há sim contribuição, pois de acordo com Tema 362 do STF, acima transcrito, deve haver nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada, para que se configure a responsabilidade do Estado. Logo, havendo outras causas supervenientes independentes, fica suprimida a relação de causa e efeito.

A alternativa D está incorreta. Admite-se, sim, a aplicação de causas excludentes do nexo de causalidade. Nestes casos, pode-se dizer que não haverá responsabilidade do Estado, pois conforme Tema 362 do STF, acima transcrito, o nexo causal entre o momento da fuga e a conduta praticada deve ser direto.

**QUESTÃO 65. A respeito do exercício da atividade administrativa, com base nas alterações promovidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que**

**a) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões em caso de dolo ou culpa grave.**

**b) a edição de atos normativos deve ser precedida de consulta pública.**

**c) as súmulas administrativas têm caráter vinculante em relação aos órgãos a que se destinam, até ulterior revisão.**

**d) a norma reafirma a centralidade que a supremacia do interesse público exerce no regime jurídico-administrativo brasileiro.**

**e) a mudança de orientação jurídica com relação à licitude de determinado contrato produzirá efeitos imediatos e retroativos, quando comprovado que foi realizada para atender o princípio da moralidade administrativa.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A LINDB fala em “dolo ou erro grosseiro”, e não em “dolo ou culpa grave”. De acordo com art. 28 da LINDB: “Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

Chamamos atenção na letra A, para o texto do artigo 12, § 1º, do Decreto 9.830/2019, segundo o qual o erro grosseiro engloba a culpa grave. Veja: “Art. 12. O agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções. § 1º Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.”

A alternativa B está incorreta. Não há uma obrigatoriedade. De acordo com art. 29 da LINDB: “Art. 29. Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 30, caput e parágrafo único, da LINDB: “Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas. Parágrafo único. Os instrumentos previstos no caput deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.”

A alternativa D está incorreta. Os novos dispositivos da LINDB trazem, cada vez mais, a busca pelo interesse geral, superando a centralidade da supremacia do interesse público no regime administrativo brasileiro. Como exemplo, cite-se os arts. 21, parágrafo único, 23 e 26, § 1º, da LINDB: “Art. 21. (...) Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.”; “Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.”; “Art. 26. (...) § 1º O compromisso referido no caput deste artigo: I - buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais;”

No mesmo sentido, é o art. 24: “Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.”

A alternativa E está incorreta. Deve haver previsão de um regime de transição. De acordo com art. 23 da LINDB: “Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou

orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.”

**QUESTÃO 66. Considere que João trabalha em uma delegacia e, em situação de urgência, determinou que fossem adquiridos colchões para presos que estavam lá custodiados. A contratação foi celebrada de forma verbal e não foi precedida de processo de licitação ou de contratação direta.**

**Não há elementos para atestar que o contratado estava de boa-fé, e ficou comprovado que parte da execução do contrato foi subcontratada a terceiro, sem que tenha havido a concordância da Administração. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que**

**a) a inexistência de autorização da Administração para subcontratação não é suficiente para afastar o dever de indenizar, no caso, porque a própria contratação foi irregular, haja vista que não houve licitação e o contrato foi verbal.**

**b) a nulidade do contrato implica no reconhecimento da desapropriação indireta dos bens e no dever de a Administração indenizar o contratado, mediante o sistema de precatórios.**

**c) a presença da boa-fé do contratado não retira o dever de a Administração indenizar o contratado pela compra dos colchões pelo seu custo básico, acrescido da margem de lucro praticada no mercado.**

**d) a nulidade do contrato impede que a Administração realize o pagamento pelos bens fornecidos.**

**e) o dever de indenizar o contratado somente não estará presente caso reconhecida a sua má-fé ou comprovado que tenha concorrido para a prática do ilícito.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

De acordo com entendimento do STJ: “No caso de contrato verbal e sem licitação, o ente público tem o dever de indenizar, desde que provada a existência de subcontratação, a efetiva prestação de serviços, ainda que por terceiros, e que tais serviços se reverteram em benefício da Administração. STJ. 2ª Turma. REsp 2.045.450-RS, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 20/6/2023.

A jurisprudência do STJ é no sentido de que, mesmo que seja nulo o contrato realizado com a Administração Pública, por ausência de prévia licitação, é devido o pagamento pelos serviços prestados, desde que comprovados, nos termos do art. 59, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

O STJ reconhece, ademais, que, ainda que ausente a boa fé do contratado e que tenha ele concorrido para nulidade, é devida a indenização pelo custo básico do serviço, sem margem alguma de lucro.

Assim, a inexistência de autorização da Administração para subcontratação, não é suficiente para afastar o dever de indenizar, no caso, porque a própria contratação foi irregular, haja vista que não houve licitação e o contrato foi verbal.

Portanto, correta a alternativa A.

Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 67. Com base na Lei nº 14.129/2021, que trata dos princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, assinale a alternativa correta.**

**a) Os órgãos públicos poderão realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico, sendo dispensada a concordância do usuário.**

**b) Caso opte por receber comunicações eletrônicas, o administrado somente poderá optar pelo fim de seu uso por meio de pedido devidamente fundamentado.**

**c) As regras definidas na Lei serão aplicáveis aos Estados e Municípios caso estes adotem os seus comandos por meio de atos normativos próprios.**

**d) Presumem-se autênticos, independentemente de assinatura eletrônica, os documentos apresentados por usuários dos serviços ofertados por meios digitais.**

**e) Para os efeitos da Lei, consideram-se dados abertos a base de dados que contém as informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos de todos os prestadores desses serviços.**

#### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. As comunicações serão realizadas mediante opção do usuário, conforme art. 42, caput, da Lei 14.129/2021: “Art. 42. Os órgãos e as entidades referidos no art. 2º desta Lei, mediante opção do usuário, poderão realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico.”

A alternativa B está incorreta. A opção pelo fim das comunicações independe de fundamentação, de acordo com art. 42, § 2º, da Lei 14.129/2021: “§ 2º O administrado poderá, a qualquer momento e independentemente de fundamentação, optar pelo fim das comunicações, das notificações e das intimações por meio eletrônico.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 2º, III, da Lei 14.129/2021: “Art. 2º Esta Lei aplica-se: III - às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, desde que adotem os comandos desta Lei por meio de atos normativos próprios.”

A alternativa D está incorreta. A presunção somente se dará se o envio for assinado eletronicamente, de acordo com art. 26 da Lei 14.129/2021: “Art. 26. Presume-se a autenticidade de documentos apresentados por usuários dos serviços públicos ofertados por meios digitais, desde que o envio seja assinado eletronicamente.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 4º, IV, da Lei 14.129/2021: “Art. 4º (...) IV - dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica;”

**QUESTÃO 68. As informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação em andamento, relacionada com a prevenção ou repressão de infrações, segundo a Lei nº 12.527/2011:**

a) terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo de 100 (cem) anos, a contar da data do início da atividade de inteligência ou de investigação.

b) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até a conclusão da atividade de inteligência ou de investigação.

c) serão classificadas como reservadas e somente serão divulgadas a terceiros após o transcurso do prazo previsto no ato de classificação.

d) podem ser classificadas como ultrassecreta, com prazo de restrição a essas informações pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

e) somente poderão ser consideradas imprescindíveis à segurança do Estado ou da sociedade se estiverem relacionadas à repressão ou prevenção de infrações penais.

### Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Tal tratamento se dá para informações pessoais. De acordo com art. 31, § 1º, I, da Lei 12.527/2011: “Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem;”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 24, § 2º, da Lei 12.527/2011: “§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 24, § 1º, III, e § 4º, da Lei 12.527/2011: “§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: III - reservada: 5 (cinco) anos. (...) § 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.”

A alternativa D está correta. De acordo com art. 24, § 1º, I, da Lei 12.527/2011: “§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;”

A alternativa E está incorreta. Não são apenas estes os casos de imprescindibilidade. De acordo com art. 23 e incisos, da Lei 12.527/2011: “Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas; VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.”

**QUESTÃO 69. Qual é a contribuição mais importante e independente para a energia de projéteis de arma de fogo?**

- a) Massa.
- b) Constituição física.
- c) Velocidade.
- d) Calibre.
- e) Tamanho.

**Comentários**

A alternativa correta é a letra **C**, tendo em vista que a energia de projéteis de arma de fogo é medida pela energia cinética, cuja fórmula é  $E_c = m \cdot v^2 / 2$ , onde “ $E_c$ ” é energia cinética, medida em joules, “ $m$ ” é massa em kg e “ $v$ ” é velocidade, medida em metros por segundo.

Perceba que a velocidade é elevada ao quadrado, logo, possui maior importância no cálculo da energia de projéteis de armas de fogo.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, posto que não são as mais importantes para a energia de projéteis de arma de fogo.

**QUESTÃO 70. Considerando a seguinte afirmação “existe a formação de gastromalácia, pneumatose intestinal, perda da diferenciação da substância cinzenta/branca cerebral com apagamento giral, além de diminuição do tamanho total do cérebro”, assinale a alternativa correta que se refere a esse conjunto de achados.**

- a) decomposição tardia.
- b) decomposição avançada.
- c) livor mortis visceral.
- d) decomposição moderada.
- e) decomposição precoce.

**Comentários**

A alternativa correta é a letra **E**. A formação de gastromalácia, pneumatose intestinal, perda da diferenciação da substância cinzenta/branca cerebral com apagamento giral, além de diminuição do tamanho total do cérebro são características da decomposição precoce.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, em razão do exposto acima.

**QUESTÃO 71. Homem de 25 anos de idade entra em um bueiro, desmaia e morre em poucos instantes. Os socorristas rela- tam um forte odor de “ovo podre”. A autópsia mostra cianose e edema pulmonar.**

**Considerando o contexto apresentado, assinale a alternativa que indica corretamente o produto químico presente no bueiro, que provavelmente ocasionou a morte mencionada.**

- a) Cianeto.

**b) Monóxido de carbono.**

**c) Sulfeto de hidrogênio.**

**d) Amônia.**

**e) Cloro.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a letra **C**.

O sulfeto de hidrogênio é um gás extremamente tóxico, normalmente encontrado em sistemas de esgotos, obras de tratamento de esgoto e estações e tratamento de águas residuais industriais, em razão da atividade biológica nas águas residuais. Possui cheiro de ovo podre.

A alternativa A está incorreta. O cianeto deixa no ar um odor de amêndoas amargas.

A alternativa B está incorreta. O monóxido de carbono é um gás inodoro, insípido, incolor e miscível ao ar.

A alternativa D está incorreta. A intoxicação por amônia causa edema da mucosa respiratória e pulmonar. A amônia possui um cheiro picante e odor pungente.

A alternativa E está incorreta. O cloro causa edema pulmonar. Em sua forma gasosa tem um cheiro forte e pungente.

**QUESTÃO 72. Ana é proprietária de uma galeria de arte que expõe à venda quadros e esculturas de alto valor. Um dia, durante uma exposição, um homem chamado Carlos ultrapassa a faixa de segurança para tentar tirar uma selfie com uma das obras, esbarra acidentalmente em uma das esculturas e acaba perfurando um quadro. Ana, ao perceber o prejuízo, tenta abordar Carlos para discutir o incidente, mas ele se escusa da responsabilidade sobre o ocorrido e se recusa a pagar os danos materiais causados. Ana envia uma notificação extrajudicial solicitando o pagamento, mas não obtém resposta. Decide então propor ação de reparação pelos danos causados. Carlos é citado, apresenta defesa e, por fim, a ação é julgada procedente.**

**Diante da situação hipotética, tendo decorrido o trânsito em julgado da decisão judicial que o condenou, é correto afirmar que Carlos é considerado em mora desde a**

**a) citação.**

**b) prática do ato.**

**c) notificação extrajudicial enviada.**

**d) sentença de procedência.**

**e) propositura da ação.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

Observa-se que Carlos praticou ato ilícito, de acordo com art. 186 do CC/02: “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

Desta feita, na forma do artigo 398 do CC/02, o devedor será considerado em mora desde a prática do ato. Veja: “Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.”

Logo, correta a alternativa B. Tomando por base os mesmos dispositivos legais, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 73. Bruno e Camila eram casados e não tinham filhos. Dois anos depois do casamento, Bruno sofreu um grave acidente de carro e veio a falecer. Considere as situações apresentadas nas alternativas e assinale aquela que indica corretamente a parte da herança cabível à Camila.**

- a) metade, se Bruno tiver apenas a mãe viva.
- b) total, se Bruno não tiver ascendentes ou colaterais até o terceiro grau.
- c) um terço se Bruno tiver pai, mãe e um irmão vivos.
- d) um terço se Bruno não tiver pai e mãe vivos, mas tiver uma avó e um avô vivos.
- e) metade, se Bruno tiver pai e mãe vivos.

#### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. Como Bruno e Camila não tinham filhos, a sucessão se dará de acordo com o inciso II do artigo 1.829 do CC/02. Veja: “Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;”

Ademais, o artigo 1.837 do CC/02 assim determina: “Art. 1.837. Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um terço da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau.”

Portanto, caso Bruno só tenha mãe viva, à Camila caberá metade da herança. Portanto, a alternativa correta é a letra A.

Tomando por base os mesmos dispositivos legais, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 74. Acerca do disposto na Lei de Alienação Parental - Lei nº12.318, de 26 de agosto de 2010, assinale a alternativa correta.**

- a) Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz obrigatoriamente determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.
- b) O ato de alienação parental, para que seja constatado, deverá estar previsto expressamente na lei.
- c) O acompanhamento psicológico ou o biopsicossocial deve ser submetido a avaliações periódicas, com a emissão, pelo menos, de um laudo a cada seis meses.
- d) A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.
- e) Caracterizados atos típicos de alienação parental, o juiz poderá, a depender da gravidade do caso, declarar a suspensão da autoridade parental.

## Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A perícia somente será determinada se o juiz entender necessário. De acordo com art. 5º da Lei 12.318/2010: “Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.”

A alternativa B está incorreta. A lei traz um rol somente exemplificativo. De acordo com art. 2º, parágrafo único, da Lei 12.318/2010: “Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:”

A alternativa C está incorreta. Os laudos devem ser, pelo menos, um inicial e um final; a lei não fala em periodicidade de 6 meses. De acordo com art. 6º, § 2º, da Lei 12.318/2010: “§ 2º O acompanhamento psicológico ou o biopsicossocial deve ser submetido a avaliações periódicas, com a emissão, pelo menos, de um laudo inicial, que contenha a avaliação do caso e o indicativo da metodologia a ser empregada, e de um laudo final, ao término do acompanhamento.

A alternativa D está correta. De acordo com art. 7º da Lei 12.318/2010: “Art. 7º A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.”

A alternativa E está incorreta. O inciso VII do art. 6º da Lei 12.318/2010, que previa a declaração da suspensão da autoridade parental, foi revogado pela Lei 14.340/2022. Veja o que determinava o dispositivo: “Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso: VII - declarar a suspensão da autoridade parental. (revogado pela Lei nº 14.340, de 2022).”

**QUESTÃO 75. Criminologia é uma ciência que se ocupa do estudo do crime, dentre outros temas relevantes. Diante da premissa exposta, é correto afirmar que a Criminologia**

**a) é a escolha, pelas autoridades públicas, de estratégias jurídicas de controle social, para a proteção de um bem jurídico, a fim de manter as incidências criminais em níveis aceitáveis.**

**b) aplica os conhecimentos da Medicina para o esclarecimento de fatos de interesse da Justiça.**

**c) é uma ciência interdisciplinar, indutiva e empírica.**

**d) é uma ciência dogmática, enquanto o Direito Penal é uma ciência zetéica.**

**e) dedica-se a elucidar crimes, por meio de busca de vestígios.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois corresponde a definição correta da criminologia.

Trata-se de uma ciência empírica (“ser”) e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, do criminoso, da vítima e do controle social, sendo esses os seus objetos de análise (os objetos da criminologia são frequentemente cobrados em prova).

A Criminologia, enquanto ciência criminal, influencia diretamente o Direito Penal.

De acordo com García-Pablos, “a Criminologia é uma ciência do ser, empírica; o Direito, uma ciência cultural, do dever ser, normativa. Em consequência, enquanto a primeira se serve de um método indutivo, empírico, baseado na análise e na observação da realidade, as disciplinas jurídicas utilizam um método lógico, abstrato e dedutivo”.

Afirma-se que a criminologia é uma ciência do “ser” uma vez que seu objeto (crime, criminoso, vítima e controle social) é visível no mundo real e não no mundo dos valores, como ocorre com o direito, que é uma ciência do “dever ser”, portanto, normativa e valorativa.

A alternativa A está incorreta, pois traz a definição de “política criminal”, conceito que trabalha junto com a criminologia, mas que com ela não se confunde.

A alternativa B está incorreta, pois não é essa a função da criminologia, mas sim da medicina legal, campo do conhecimento diverso.

A alternativa D está incorreta, pois a criminologia não é uma ciência dogmática, muito pelo contrário, é uma ciência que se funda observação e experimentação, encontrando-se em constantes mudanças e subdivisões.

A alternativa E está incorreta, pois a criminologia não se dedica a elucidar crimes, mas em compreender o fenômeno criminoso e todos os seus atores e as suas nuances, ficando a elucidação de crimes por meio da busca de vestígios ao direito penal e processual penal, com o apoio científico da medicina legal.

**QUESTÃO 76. Trata-se de um estado psicológico em que as vítimas assumem postura de desobediência e de enfrentamento a intimidações de seus agressores, por quem sentem desprezo e repulsa. Por vezes, como consequência da rebeldia, as vítimas acabam por serem feridas ou assassinadas, como forma de demonstração de força por parte dos agressores. Assinale a alternativa que corresponde corretamente ao enunciado acima exposto.**

**a) Transtorno de Jerusalém.**

**b) Síndrome da Mulher de Potifar.**

**c) Síndrome de Londres.**

**d) Síndrome de Lima.**

**e) Síndrome de Estocolmo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. Na chamada “Síndrome de Londres”, a vítima passa a nutrir certo ódio pelos seus algozes, gerando uma antipatia e, conseqüentemente, até mesmo a sua morte.

A denominação “Síndrome de Londres” surgiu após o ocorrido na Embaixada Iraniana, localizada na cidade de Londres, onde seis terroristas árabes iranianos tomaram como reféns dezesseis diplomatas e funcionários iranianos, três cidadãos britânicos e um libanês, durante o período de 30 de abril a 5 de maio de 1980.

No grupo de reféns, havia um funcionário iraniano chamado *Abbas Lavasani*, que discutia, com frequência, com os terroristas dizendo que jamais se dedicaria ao Aiatolá e que seu compromisso era com a justiça da revolução islâmica.

O clima entre *Lavasani* e os terroristas era o pior possível até que, em determinado momento do sequestro, quando decidiram que um dos reféns deveria ser morto para que acreditassem nas suas

ameaças, os sequestradores escolheram *Lavasini* e o executaram (GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. 1ª. Edição. 2018. São Paulo: Editora Saraiva. p. 145).

Historicamente falando, esse fenômeno ocorreu em Londres no início da década de 90.

A alternativa A está incorreta, pois o “Transtorno de Jerusalém” pode ser definido como um conjunto de transtornos mentais, que envolvem a obsessiva ideia acerca de temáticas religiosas, dentre outros delírios e ideias psicóticas, que se originam no indivíduo após ele realizar uma visita à cidade de Jerusalém.

A alternativa B está incorreta, pois essa síndrome traduz a figura criminológica a mulher que rejeitada afetivamente, imputa falsamente a quem a ignorou o delito de estupro ou outra conduta ofensiva à dignidade sexual.

Tal síndrome consiste na simbologia traduzida pela Bíblia quando José foi vendido como escravo para o capitão Potifar e negou-se a deitar com a mulher deste. Tal negativa acendeu a ira da mulher de Potifar e fez com que esta acusasse José de ter tentado violentá-la sexualmente. A análise desse episódio demonstra que houve uma prova forjada de um suposto crime de estupro (GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. 1ª. Edição. 2018. São Paulo: Editora Saraiva. p. 145).

A alternativa D está incorreta, pois na “Síndrome de Lima” ocorre justamente o inverso do que ocorre na “Síndrome de Estocolmo”, isto é, o sequestrador passa a nutrir empatia ou afeto em relação à vítima.

A alternativa E está incorreta, pois esta síndrome, conceitualmente falando, foi revelada pelo Nils Bejerot, conceituado psicólogo e criminólogo. Trata-se de uma síndrome em que a vítima passa a nutrir certa afeição pelo sequestrador por motivo de sobrevivência. Em razão de estar cerceada na sua liberdade e de apenas ter o convívio do sequestrador, a vítima somente tem uma saída que é relacionar-se de forma afetuosa com ele, tentando dessa forma obter a sua compaixão (GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. 1ª. Edição. 2018. São Paulo: Editora Saraiva. p. 148).

**QUESTÃO 77. Em um Estado Democrático de Direito, as políticas públicas de educação, habitação e saúde devem ser amplamente implantadas em detrimento de medidas penais de encarceramento, com o objetivo de impedir a prática de delitos, bem como sua reincidência. A Prevenção Criminal**

- a) Primária é voltada para as causas da prática do delito.**
- b) Direta atua nas causas que resultam na delinquência.**
- c) Indireta atua no crime que está prestes a ocorrer.**
- d) Terciária é voltada às oportunidades para o cometimento de um crime.**
- e) Secundária é voltada para o condenado, o preso e o egresso.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

Os programas de médio/longo prazo que tratam de resolver as situações carências criminógenas se classificam como prevenção primária, assim, nessa perspectiva, promovem – entre outras ações sociais – educação, saúde, trabalho e qualidade de vida à população, visando evitar atuar nas raízes (causas) do processos de criminalização.

A alternativa B está incorreta, pois a prevenção criminal direta pressupõe a afirmação do direito penal (poder punitivo do Estado) através da repressão, o que atua nas consequências e não nas causas da delinquência.

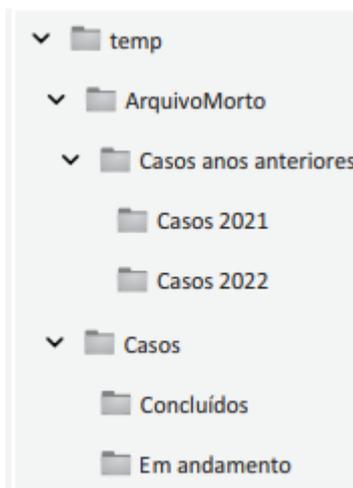
A alternativa C está incorreta, pois a prevenção criminal indireta, que se aproxima da definição conceitual da prevenção primária, não atua no crime que está prestes a ocorrer, mas sim atua modo a dissuadir no médio e longo prazo pessoas que potencialmente poderiam aderir à delinquência.

A alternativa D está incorreta, pois a prevenção terciária se destina ao apenado, objetivando principalmente evitar a reincidência desse sujeito.

Então, somente haverá sua incidência após a prática do crime, revelando caráter punitivo e ressocializante.

A alternativa E está incorreta, pois a utilização do policiamento ostensivo, a intervenção urbana e a intervenção nos meios de comunicação é que se classificam como prevenção secundária, sendo medidas, em geral, de curto prazo. Ilustra-se com programas de prevenção policial, de controle dos meios de comunicação e de ordenação urbana.

**QUESTÃO 78. Usando o sistema operacional Microsoft Windows 10, em sua configuração original, um delegado de polícia precisa encontrar um arquivo chamado “casos”. Ele sabe que o arquivo está dentro da estrutura de pastas apresentada a seguir, mas não sabe em qual pasta exata o arquivo está gravado.**



Para localizar esse arquivo em todas as pastas da imagem anterior, de uma só vez, é preciso digitar “casos” na caixa de pesquisa do Explorador de Arquivos, também em sua configuração original, após selecionar a pasta

a) Casos anos anteriores.

b) Arquivo Morto.

c) Casos.

d) Concluídos.

e) temp.

**Comentários**

A alternativa correta é a letra E.

A pasta “temp” é a pasta raiz, dentro da qual estão todas as outras. Dessa forma, para localizar o arquivo “casos”, pesquisando em todas as pastas da imagem, de uma só vez, é preciso selecionar a pasta “temp”. Com isso, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

**QUESTÃO 79. No Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que indica quais páginas serão impressas de um documento de 10 páginas, quando o usuário preenche o conteúdo 1-10 na caixa Páginas, da janela Imprimir.**

- a) 1 a 9, apenas.
- b) 1 a 10.
- c) 1 e 10, apenas.
- d) 1, apenas.
- e) 10, apenas.

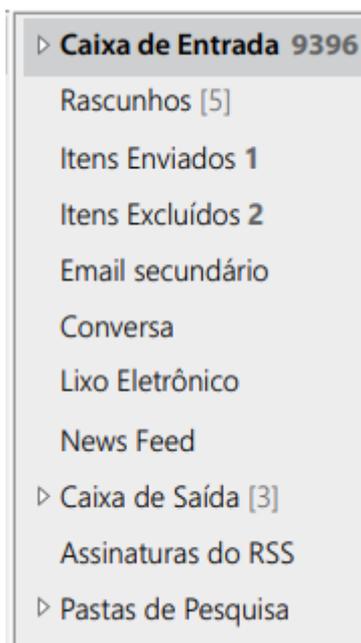
#### **Comentários**

A alternativa correta é a letra **B**.

Ao preencher na caixa páginas, da janela Imprimir, no Microsoft Word 2016, o conteúdo 1-10, serão impressas todas as páginas compreendidas entre a 1 e a 10, inclusive.

Logo, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 80. Tem-se a seguinte imagem, do Microsoft Outlook 2016, em sua configuração original, a partir de um computador de um Delegado de Polícia.**



**Sem que esse delegado tenha feito nenhuma movimentação de mensagens entre pastas, assinale a alternativa que indica quantas mensagens o delegado preparou, clicou em Enviar, mas ainda não foram transmitidas para os destinatários.**

- a) 5

**b) 8**

**c) 1**

**d) Nenhuma, todas as mensagens preparadas foram transmitidas para os destinatários.**

**e) 3**

### **Comentários**

A alternativa correta é a letra **E**. O enunciado indica para assinalar a “alternativa que indica quantas mensagens o delegado preparou, clicou em Enviar, mas ainda não foram transmitidas para os destinatários.”

Essas mensagens enviadas, mas não transmitidas, são direcionadas para a Caixa de Saída, na qual podemos perceber que há 3 itens.

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)